



RELATÓRIO ANUAL

DAS

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

2016

Conteúdo

Relatório da Administração:

- Carta do Presidente
- A Empresa
- Estrutura Organizacional
- Governança Corporativa
- Estrutura e Ambiente da Prestação de Serviços
- Aspectos Operacionais
- Indicadores Sociais Externos
- Investimentos
- Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos
- Indicadores Sociais Internos
- Dimensão Econômica Financeira
- Indicadores econômicos
- Balço Social

Demonstrações Contábeis:

- Balço Patrimonial
- Demonstrativo do Resultado
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração do Valor Adicionado
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Notas Explicativas

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2016

Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL submete à apreciação dos Senhores o Relatório das principais atividades referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado – DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, com os devidos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e de Administração, dos quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da nossa Empresa para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

CARTA DO PRESIDENTE

A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ sob nº. 75.805.895/0001-30, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, regendo-se de acordo com a Lei nº 6.404 de 15/12/76 e pela Lei Municipal nº 106/67 de 05/12/1967, tendo como principal atividade o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, conforme Contrato de Concessão nº 27/99 – ANEEL.

Os novos indicadores de qualidade e regras estipuladas pela ANEEL no momento da renovação do contrato de concessão já entraram em vigor em 2016. Os limites impostos pela agência reguladora estão cada vez mais rígidos, e atendê-los integralmente é essencial para que a concessão seja mantida.

Em 2016 foram investidos pela Cotel quase R\$ 3,4 milhões em obras de melhoria e ampliação de rede. As ações têm o objetivo de melhorar a qualidade no atendimento prestado e minimizar o risco de interrupções no fornecimento de energia. São mais de 19 km de novas redes em baixa tensão, mais de 18 km de novas redes em alta tensão e um aumento de 3357 kVA (quilo-volt-ampères) na potência instalada. Uma obra de grande porte que trará várias melhorias para o Alimentador Passaúna foi iniciada.

A frota da Companhia foi parcialmente renovada e um leilão dos veículos substituídos deve ser realizado em 2017. Foram adquiridos durante o ano 4 motocicletas Honda 160, 4 veículos Sandero, 2 furgões Kangoo, 1 pick-up Strada, 1 Renault Duster e 6 camionetes Toyota Hilux.

O número de atendimentos realizados durante o ano bateu novo recorde, chegando a 264.267 protocolos registrados – 5% a mais que no ano anterior. São disponibilizados cinco canais de atendimento para atender esta demanda.

Cordialmente,

Marcus Preis

Diretor Presidente

A EMPRESA

Missão

“Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas”.

Visão

“Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade”.

Política da Qualidade

“Melhorar continuamente os nossos serviços de distribuição de energia elétrica, atendendo as expectativas dos clientes, acionistas, colaboradores e comunidade”. (ISO-9001)

Política da Qualidade no tratamento das reclamações

“Garantir aos consumidores a possibilidade de reclamar, disponibilizando as informações e recursos necessários, buscando a melhoria contínua para satisfazer ao reclamante, conforme a regulamentação pertinente”. (ISSO-10002)

Princípios e Valores

“A COCEL, busca promover a satisfação dos consumidores, acionistas, colaboradores e fornecedores”.

Organização e Gestão

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL atua no segmento de distribuição de energia elétrica há 48 anos, e tem se preocupado de forma constante na atualização de práticas de gestão corporativa, bem como nas questões relativas às tecnologias voltadas para sistemas de informações aplicados às empresas modernas, sem, no entanto, deixar de valorizar o seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses anos de existência da Companhia.

Perfil

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social.

É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 2012, conforme disposições da legislação, a Cocol manifestou seu pedido de prorrogação da concessão pelo prazo de 30 anos.

Em 2015, a Cocol renovou seu Contrato de Concessão de Energia Elétrica, assinando o Quinto Termo Aditivo em 09/12/2015 por 30 anos. O Decreto nº 8.461, de 02.06.2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11.01.2013, prevendo indicadores de eficiência que deverão ser observados pela concessionária pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016.

Estrutura Organizacional

Assembleia Geral Ordinária: obrigatoriamente deverá ocorrer até 30 de abril, onde os Acionistas e Conselhos de Administração e Fiscais examinam as contas da Diretoria, discutem e deliberam sobre relatórios e Balanços anuais;

Conselho de Administração: Composto por sete membros eleitos pela Assembleia Geral com mandatos de três anos, podendo ser reeleitos. Compete ao Conselho de Administração, orientação sobre negócios da Companhia, eleger, destituir e fiscalizar diretores;

Conselho Fiscal: Composto por cinco membros efetivos, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos. Suas atribuições, deveres e responsabilidades são estabelecidos no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas;

Diretorias: Eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos;

Controladoria: No ano de 2007 foi instituído o Sistema de Controle Interno da Companhia, conforme termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da lei complementar nº 101/2000, com objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Também tem a função de prestar contas e informações sobre a gestão da empresa perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Auditoria Interna: Através da Ata 122ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, de 28 de outubro de 2016, com base na Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, em especial ao art. 9º, inciso III, § 3º, foi implementado a área denominada Auditoria Interna, a qual é vinculada diretamente ao Conselho de Administração, sendo responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

Governança Corporativa

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL é uma Sociedade de Economia Mista, de Capital Fechado e regulado pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 39.000 (trinta e nove milhões de reais), representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal.

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2016	2015
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Auditoria Externa

A COCEL tem como contratada a empresa Taticca Auditores Independentes S/S - EPP para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abrangência da Área de Concessão - Mercado de Energia

A Concessionária distribui energia elétrica em todo Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que abrange uma população de 125.719 habitantes, conforme estimativa do IBGE, e área de 1.244 km².

Atendimento aos consumidores

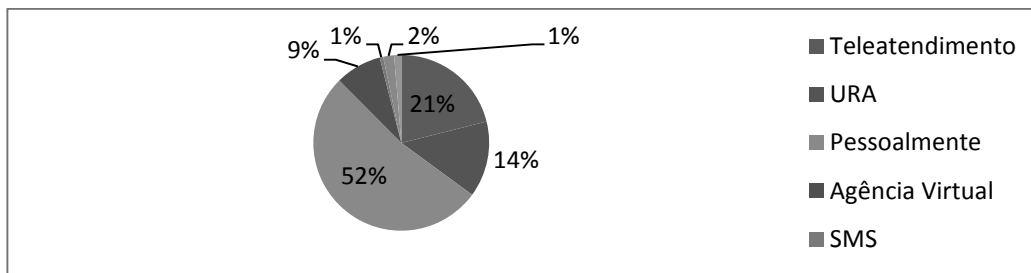
Em 2016 foram registrados pelo Setor de Atendimento da Cocel 264.267 protocolos – a maior parte deles referentes a atendimentos realizados na sede da Companhia. É o maior número de protocolos registrados em um ano em toda a história da Cocel, 5% a mais que no ano anterior. Mais de 70 mil ligações foram recebidas durante o ano. Onze colaboradores efetivos e duas estagiárias trabalham para atender esta demanda.

Cinco canais de atendimento são disponibilizados para atender os consumidores:

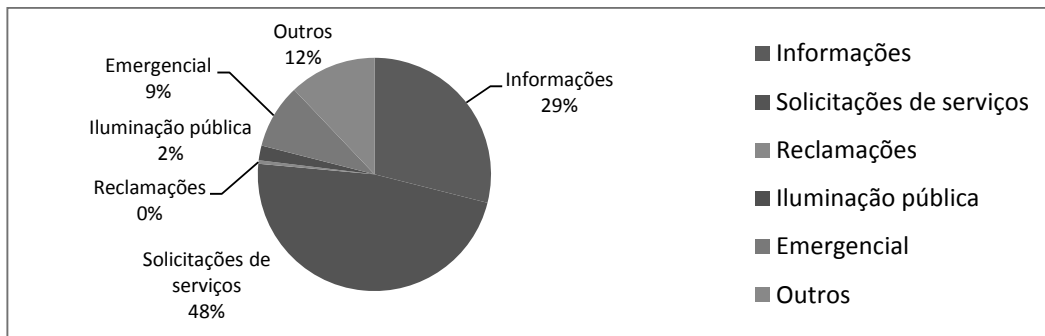
- Presencial: realizado na sede da Companhia, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30;

- Tele atendimento: ligação gratuita para 0800-7262121. O atendimento personalizado ocorre de segunda-feira a sábado das 8h às 20h. Fora deste período o atendimento é realizado por central automatizada (URA – Unidade de Resposta Automatizada) – serviço disponível 24 horas por dia;
- Agência Virtual: disponível no site www.cocel.com.br – serviço disponível 24 horas por dia;
- E-mail: link para o e-mail atendimento@cocel.com.br disponível no site – serviço disponível 24 horas por dia e respondido em horário comercial;
- SMS: para informar falta de energia basta enviar mensagem de celular para (41) 99106-9146 – serviço disponível 24 horas por dia.

Os atendimentos realizados em 2016 foram recebidos pelos seguintes canais:



A maioria dos atendimentos realizados é para solicitação de serviços, seguido de pedido de informações:



Além da revisão contínua nos procedimentos de atendimento a consumidores, em 2016 foram realizados treinamentos especiais sobre aferição, fiscalização e funcionamento de novos medidores; tratamento de reclamações, sistema de gestão da qualidade e ainda sobre redes compactas e obras de melhoria e reforço de rede.

Agentes Arrecadadores

A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a COCEL conta com 34 agentes arrecadadores conveniados e contratados, lotéricas, além de outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município.

Ouvidoria

A Ouvidoria da Cocel é um setor independente dos demais e fica à disposição dos consumidores que desejarem registrar suas reclamações, sugestões ou críticas. É uma forma de ampliar os canais de comunicação entre a Companhia e seus consumidores. As Ouvidorias das Concessionárias de Energia Elétrica são regulamentadas pela Resolução nº 470/2011 – ANEEL.

No ano de 2016, a Ouvidoria atendeu a 96 reclamações de seus consumidores, sendo que 10% delas foram feitas via telefone, 50% pessoalmente, 35% foram registradas junto à ANEEL e 5% no PROCON.

Atendeu também 45 pedidos de informações sendo que 90% oriundos do Conselho de Consumidores da Cocel.

Aspectos Operacionais

Mercado de Energia Elétrica

Foram realizadas no ano 632 novas ligações, das quais 541 são da classe residencial. Totalizando no final do exercício de 2016, 49.038 consumidores contra os 48.406 consumidores de 2015, o que representa um crescimento de 1,3%. Destaque na classe residencial que representa 88,3% do número de consumidores.

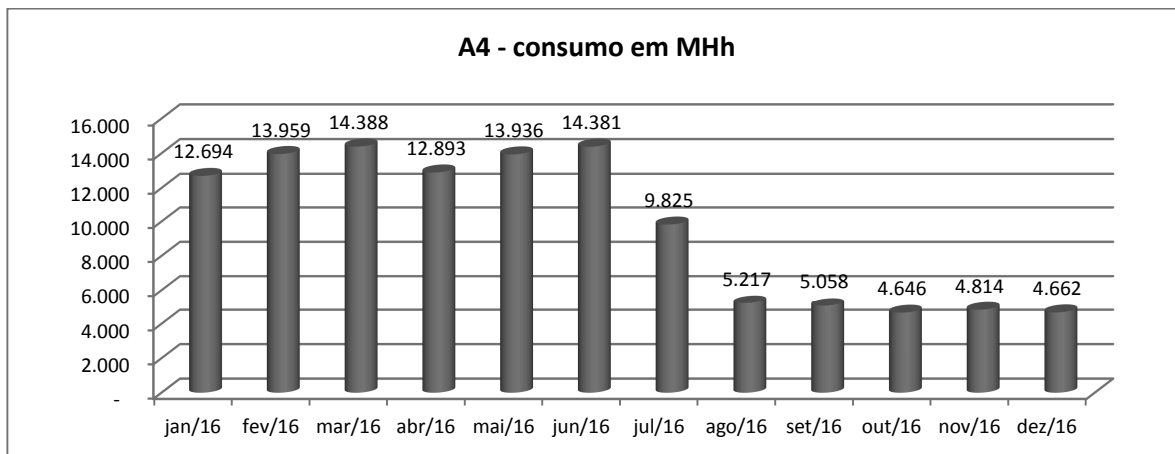
O faturamento bruto de energia elétrica apresentou um decréscimo de 18,3%, passando de R\$ 206.650 mil em 2015 para R\$ 168.770 mil em 2016.

O consumo total de energia faturada pela COCEL, em 2016, totalizou 251.842 MWh. Um decréscimo de 19,2%, comparando com a energia faturada no ano de 2015, que totalizou 311.827 MWh.

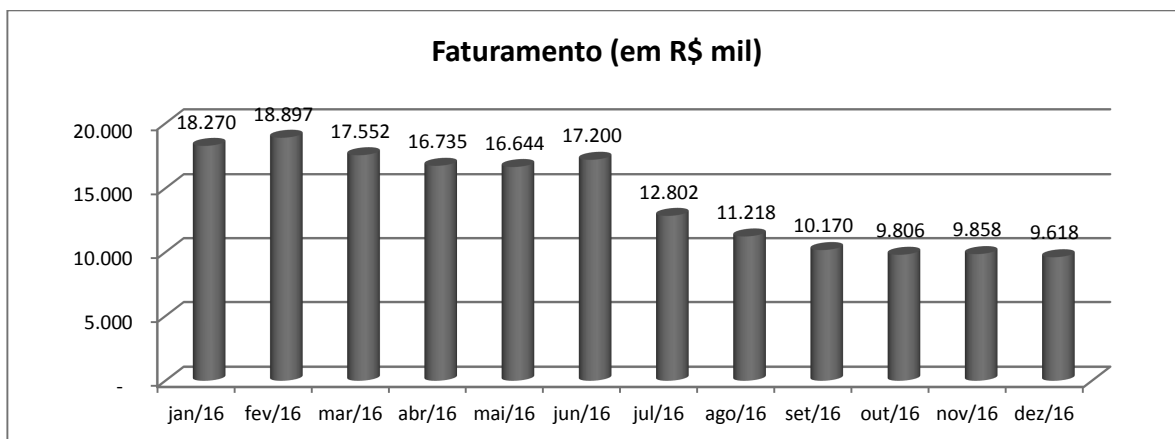
A classe industrial composta por 485 consumidores representa 1,0% do total de consumidores, 37,5% do mercado de energia em kWh, e 35,3% do faturamento bruto.

No ano de 2016, 9 (nove) consumidores industriais e comerciais de média tensão abaixo de 13,8 Kv pertencentes ao grupo de consumo A4, migraram para o mercado livre. A partir daí a remuneração passou a ser cobrada somente sobre a rede de distribuição utilizada por estes consumidores.

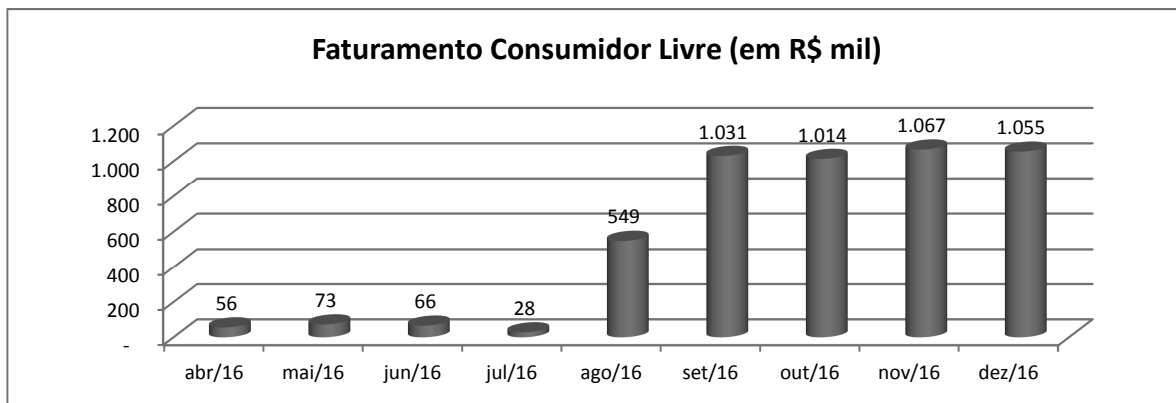
Abaixo, demonstramos a queda no consumo do grupo A4 no decorrer do exercício em MWh:



A queda em nosso faturamento de energia também é demonstrada no gráfico abaixo:



No quadro a seguir demonstra-se o faturamento dos consumidores livres, excluído o ICMS Substituição tributária:



A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluído os valores do ICMS, COFINS e do PIS/PASEP, atingiu em Dezembro de 2016, R\$ 454,99/MWh, representando um crescimento de 0,82% em relação a dezembro de 2015.

A relação consumidor-empregados passou de 417 para 419 consumidores para cada empregado em 2016.

A energia requerida ao longo do exercício de 2016 adquirida integralmente da nossa supridora Companhia Paranaense de Energia - COPEL apresentou um decréscimo de -18,3%, passando de 326.866 MWh em 2015 para 267.161 MWh em 2016.

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e técnicas foram de 5,4%.

Novas Ligações de Consumidores

Classe	2016	2015	Varição (%)	Participação (%)
Residencial	43.303	42.762	1,3	88,3
Industrial	485	511	(5,1)	1,0
Comercial	3.142	3.097	1,5	6,4
Rural	1.817	1.745	4,1	3,7
Poder Público	217	212	2,4	0,5
Iluminação Pública	1	1	-	-
Serviço Público	71	76	(6,6)	0,1
Consumo Próprio	2	2	-	-
TOTAL	49.038	48.406	1,3	100

Mercado de Energia Vendida: (MWh)

Classe	2016	2015	Varição (%)	Participação (%)
Residencial	78.448	79.741	(1,6)	31,1
Industrial	94.352	142.238	(33,7)	37,6
Comercial	47.654	57.941	(17,8)	18,9
Rural	7.155	7.212	(0,8)	2,8
Poder Público	3.986	4.249	(6,2)	1,6
Iluminação Pública	13.728	13.404	2,4	5,5
Serviço Público	6.407	6.930	(7,5)	2,5
Consumo Próprio	112	112	-	-
TOTAL	251.842	311.827	(19,2)	100

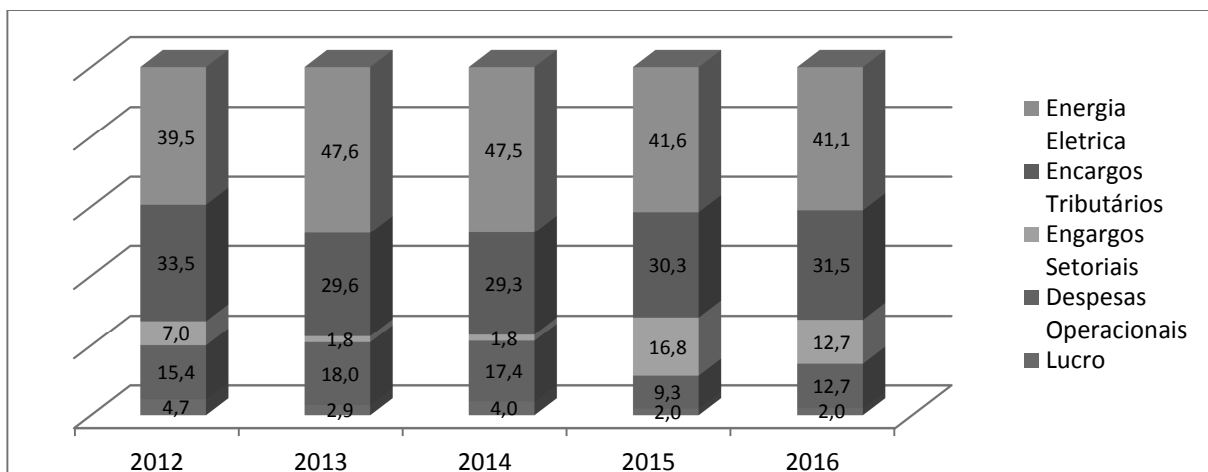
Receita Bruta da Venda de Energia Elétrica - faturada: (R\$ mil)

Classe	2016	2015	Varição (%)	Participação (%)
Residencial	59.812	60.528	(1,2)	35,4
Industrial	59.623	89.601	(33,5)	35,3
Comercial	33.623	40.075	(16,1)	19,9
Rural	3.377	3.074	9,9	2,0
Poder Público	2.906	3.228	(10,0)	1,7
Iluminação Pública	5.790	5.874	(1,4)	3,5
Serviço Público	3.639	4.270	(14,8)	2,2
TOTAL	168.770	206.650	(18,3)	100,00

Composição da Tarifa – com utilização de dados reclassificados pelo Demonstrativo do valor adicionado – DVA.

É demonstrada no gráfico abaixo a composição da tarifa em percentuais com base na Receita Bruta total.

É apresentado um resumo dos valores mais expressivos, onde temos a Parcela “A” que são os custos não gerenciáveis como Energia Elétrica, Encargos Tributários e Encargos Setoriais e as Despesas operacionais, que é a Parcela “B” - custos gerenciáveis que somam despesas com Pessoal, administradores, Material, Serviço de terceiros e outros. É a parcela “B” utilizada para a operacionalização da distribuição da Energia Elétrica no município. Somando-se ao Lucro líquido anual, resulta no valor utilizado para também efetuar seus investimentos e remunerar os acionistas.

**Tarifa média**

Classe	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2016	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2015
Residencial	511,31	503,82
Industrial	436,05	436,72
Comercial	473,79	468,20
Rural	340,37	332,41
Poder Público	494,38	511,42
Iluminação Pública	279,90	287,80
Serviço Público	382,21	410,07
Consumo Próprio	512,28	282,80
Tarifa Média	454,99	451,28

INADIMPLÊNCIA

Valores a receber de consumidores incluindo outros créditos além da Energia consumida.

Saldos em 31/12/2016							
Classes	A vencer	Vencidas até 30 dias	Vencidas de 31 a 90 dias	Vencidas de 91 a 180 dias	Vencidas de 181 a 360 dias	Vencidas a mais de 360 dias	Total
Residencial	2.076	1.589	259	48	89	417	4.478
Industrial	527	1.200	19	10	12	200	1.968
Comercial	906	343	66	32	58	248	1.653
Rural	114	58	20	-	1	2	195
Poder público	180	12	-	-	-	61	253
Iluminação Pública	457	-	-	-	-	-	457
Serviço Público	260	7	-	-	-	-	267
Soma	4.520	3.209	364	90	160	928	9.271

Revisão Tarifária

A revisão tarifária está estabelecida no contrato de concessão e é realizada a cada quatro anos. São analisadas todas as receitas e despesas e também efetuada a reavaliação dos ativos necessários para a prestação dos serviços de energia elétrica. Após estas análises são definidas as novas tarifas.

Em 28 de Junho de 2016, conforme a Resolução Homologatória nº 2.104/2016 - ANEEL, ocorreu a quarta Revisão Tarifária Periódica quando as tarifas foram reajustadas em média -14,40% (negativos), decorrente do Reposicionamento Tarifário - RT econômico de -15,52% (negativos) da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário, de 1,12%, e da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior.

Indicadores Sociais Externos

Qualidade Técnica do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) módulo COD, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e FEC realizados no exercício 2016 no Conjunto Campo Largo foi de 8,00 e 7,35 e no Conjunto DCL foi de 11,61 e 9,07 respectivamente.

Investimentos

Ao longo de 2016 a COCEL aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, conforme apresentamos na tabela abaixo:

Tipo da Obra	Rede B.T (m)	Rede A.T. (m)	Postes	Trafos	Potência Inst.(kVA)	Qtde de Obras	Investimento (R\$ Mil)
Ampliação Urbana	2.578	2.890	111	32	873	39	230
Reforço Urbano	3.230	5.488	64	42	1.744	48	457
Melhoria Urbana	15.350	12.695	576	84	1.428	286	1.843
Ampliação Rural	2.120	4.307	89	22	228	34	290
Reforço Rural	111	256	1	2	40	3	28
Melhoria Rural	804	2.937	100	42	127	104	486
Medidores Urbano/Ramal Aéreo	-	-	-	-	-	-	552
Veículos	-	-	-	-	-	-	1.356
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	26
TOTAL	24.193	28.573	941	224	4.440	514	5.268

Tabela comparativa de crescimento do Sistema de Distribuição:

Sistema de Distribuição	2016	2015
Redes de distribuição - Baixa Tensão (Km)	818	794
Redes de distribuição - Alta Tensão (Km)	1.737	1.708
Postes - Unidade	35.887	34.946
Transformadores - Unidades	5.336	5.112
Potência instalada em Transformadores (KVA)	238.951	234.511
Consumidores	49.038	48.406

Universalização

O Processo de Universalização da Energia Elétrica no Brasil iniciou-se com a edição da Resolução ANEEL n.º 223, de 29 de abril de 2003, que regulamenta a aplicação da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003, que consistia em acabar com a exclusão elétrica no Brasil.

PROGRAMA “LUZ PARA TODOS”

O que é o Programa

O governo federal iniciou em 2004 o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país com o lançamento do programa LUZ PARA TODOS, que tem o objetivo de levar energia elétrica para 10 milhões de pessoas do meio rural até 2008/2009. O programa, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas, atenderá uma população equivalente aos estados de Piauí, Mato Grosso do Sul, Amazonas e do Distrito Federal.

O programa foi orçado em R\$ 12,7 bilhões e está sendo realizado em parceria com as distribuidoras de energia e os governos estaduais. O governo federal destinará 9,1 bilhões ao programa. O restante será partilhado entre governos estaduais e agentes do setor.

Os recursos federais virão de fundos setoriais de energia - a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR).

O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários mínimos e 80% estão no meio rural.

Histórico das Obras do “Programa Luz para Todos”

Nas obras do Programa Luz para Todos a COCEL forneceu a ligação da energia elétrica até os domicílios de forma gratuita e inclui a instalação padrão de entrada além de três pontos de luz e duas tomadas. A COCEL já encerrou o programa em 2014 com atendimento de 100% de seus consumidores.

Foram realizadas 1377 novas ligações o que abrange aproximadamente 6.500 habitantes.

Quadro de Metas Físicas do Programa

Tipo	Realizado total
Consumidores	1.377
Padrões de entrada	1.345
Kit Instalação interna	1.142
Km de rede A.T.	338
Km de rede B.T.	38
Postes	4.236
Transformadores	563
Potência instalada (kVA)	9.142

Programa “Luz Fraterna”

Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná de acordo com a Lei 17.639/2013, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores que tenham o cartão “Bolsa Família” cadastrado e consumam no máximo 120 KWh por mês. Para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Luz Fraterna	2016	2014
Nº de residências atendidas	1.375	1.275
Residências atendidas pelo Programa Luz Fraterna, com relação ao total de consumidores residenciais	3,20%	2,64%
Receita de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	355	375
Total da receita de faturamento do Programa Luz Fraterna em relação ao total da receita do faturamento residencial	0,59%	0,62%
Subsídio recebido do Governo Estadual, relativo aos consumidores do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	355	375

Tarifa do Programa Baixa Renda

O Programa de Baixa Renda é determinado pela Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010 e Resolução Normativa nº 414/2010/Aneel, e proporciona descontos nas faturas de energia, de acordo com as seguintes condições:

I – família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, com renda familiar mensal *per capita* menor ou igual a meio salário mínimo nacional; ou

II – quem receba o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993; ou

III – família inscrita no Cadastro Único com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, que tenha portador de doença ou deficiência cujo tratamento, procedimento médico ou terapêutico requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.

A Tarifa Social de Energia Elétrica será aplicada somente a uma única unidade consumidora por família de baixa renda.

Tarifa de Baixa Renda	2016	2015
Nº de residências atendidas	2.277	2.340
Residências atendidas pelo Programa Baixa Renda, com relação ao total de consumidores residenciais	5,2%	5,5%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	619	642
Total da receita de faturamento da classe de consumo “Baixa Renda” em relação ao total da receita do faturamento residencial	1,1%	1,1%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa Baixa Renda (R\$ mil)	555	642

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Ao longo do ano de 2016 a Companhia Campolarguense de Energia realizou as seguintes atividades em relação aos seus projetos de P&D:

- No projeto intitulado Metodologia para otimização dos indicadores de continuidade empregando Religadores monofásicos de Distribuição Aérea foram finalizadas as obras e os estudos de proteção para completa implantação das 15 unidades dos Religadores monofásicos, os TripSaver, os quais foram instalados no Alimentador Três Córregos. Os últimos equipamentos foram colocados em operação em final de Agosto de 2016, iniciando assim o período de avaliação.

Total gasto no Projeto até Dezembro de 2016 foi de R\$ 285.845.

- No projeto intitulado Plataforma Experimental de Automação de Alimentadores da Companhia Campolarguense de Energia, houve a aquisição e treinamento do Software Supervisório e de Aquisição de Dados Eclipse, realização de estudos de Rede para escolha dos Alimentadores nos quais serão instalados os Dispositivos Eletrônicos Inteligentes, do inglês *Intelligent Electronic Device* - IED, modelagem matemática dos circuitos escolhidos, especificação e licitação dos cinco IED (Religadores Automáticos) para implantação nos Alimentadores escolhidos e especificação da infraestrutura de Telecomunicações necessária ao projeto.

Total gasto no Projeto até Dezembro de 2016 foi de R\$ 395.052.

Juntamente com a Engenharia, participaram das Atividades os Institutos Lactec e as Divisões de Distribuição e O&M da Companhia Campolarguense.

Projetos de Eficiência Energética - PEE

O Programa de Eficiência Energética – PEE da Cocel segue a regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que também é responsável por fiscalizar os projetos de todas as concessionárias. Racionalizar o consumo de energia das famílias de baixa renda foi o objetivo da Companhia durante o ano de 2016, dando continuidade ao projeto iniciado dois anos antes.

A troca de equipamentos obsoletos por modelos mais eficientes em conjunto com ações de conscientização resultaram em 1200 MWh (megawatt-hora) economizados durante o ano. Já foram substituídas 325 geladeiras antigas por modelos novos e eficientes. Até o final do projeto, previsto para o primeiro semestre de 2017, mais 360 substituições devem ser realizadas – totalizando 685 geladeiras novas entregues sem nenhum custo para as famílias.

Além das geladeiras, mais de nove mil lâmpadas foram trocadas por modelos econômicos. As famílias entregavam até três lâmpadas incandescentes (que consomem muita energia) e recebiam de volta até três lâmpadas econômicas – também sem precisar pagar nada.

Uma equipe contratada pela Cocel visitou em 2014 todas as famílias cadastradas com Tarifa Social, para identificar as condições dos equipamentos e definir (conforme os critérios técnicos exigidos pela ANEEL) quais famílias teriam os equipamentos substituídos. Durante esta primeira visita cada família recebeu até três lâmpadas fluorescentes para substituir os modelos incandescentes, já garantindo economia no consumo.

Campanhas educativas também fizeram parte deste projeto. O foco da Companhia foi em conscientizar os consumidores sobre quanta energia cada aparelho consome, fazendo o comparativo com o valor da tarifa para facilitar o entendimento.

Por lei, toda concessionária de energia deve destinar parte de seu lucro a programas que resultem na economia de energia – como a troca de equipamentos e ações educativas. E a maior parte desta verba deve ser destinada a programas voltados às famílias de baixa renda.

Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um Dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária.

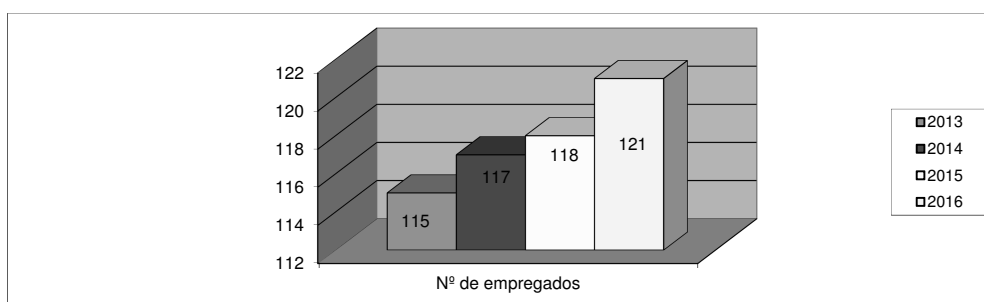
A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permite sua dedutibilidade, para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. No exercício de 2016, foi apropriado a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 1.700 mil, e também constituiu reserva no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício.

Para atender ao seu programa de Investimento foi retido o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 3.430 mil como Reserva de Retenção de Lucros, de modo a assegurar a realização de obras do próximo exercício pelo orçamento de capital de concessionária.

Indicadores Sociais Internos

Quadro de Colaboradores Efetivos da COCEL

Ao final do exercício, o quadro efetivo de empregados da Companhia conta com 121 colaboradores.



Programa de Alimentação

A COCEL distribuiu através do Programa de Alimentação, R\$ 1.295 mil em créditos de vale alimentação, que beneficiou todos os seus funcionários registrados.

Convênio Médico

Os funcionários contam com o convênio empresarial em parceria com a UNIMED com cobertura em todo o território nacional. A parte do convênio a cargo dos funcionários é em média de 61% (sessenta e um por cento).

Nos meses de abril e/ou maio, é realizada campanha de vacinação antigripal estendido a todos os funcionários da Companhia.

Convênio odontológico

A COCEL mantém convênio odontológico que abrange em geral todos os tipos de tratamentos dentários. Inclusive implantes. Estende-se também aos dependentes. Sobram a cargo do funcionário em média 20% do tratamento.

Convênio Farmácia

A COCEL mantém Convênio Farmácia aos seus funcionários e dependentes. Quando apresentado a receita médica, o reembolso dos medicamentos é de 70%.

EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

Programa de Estagiários

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, dentre as quais: Pontifícia Universidade Católica – PUC, Universidades TUIUTI, Faculdade Cenequista Presidente Kennedy, Sociedade Paranaense de Ensino de Informática – SPEI, Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, Centro Universitário Positivo – UNICENP e Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. Contamos atualmente com **08** estudantes que realizam sua complementação de ensino, e que estão estagiando nas diversas áreas da companhia.

Menor Aprendiz - Combate a Mão de Obra infantil

A Companhia possui termo de compromisso com o SENAI – Serviço Nacional da Indústria no intuito de colaborar com esta entidade nas ações sociais, encaminhando menores em sua vida profissional. Ao longo do exercício, 05 menores desenvolveram atividades na Companhia.

Ajuda de Custo de Material Escolar

A COCEL conta com o programa de auxílio de material escolar que abrange funcionários e seus dependentes, bastando o funcionário apresentar o comprovante de matrícula. No ano foram investidos R\$ 46 mil.

Segurança e Medicina do Trabalho

A COCEL mantém uma constante preocupação com a segurança no trabalho com implantações constantes de ações preventivas, dentre as quais, destaca-se a implantação em 2007 da Norma Reguladora 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Também são estendidos a todos os funcionários práticas laborais com exercício semanais.

Programas de Desenvolvimento e Treinamento

Ao longo do exercício, a companhia investiu o equivalente a R\$ 20 mil em bolsa de estudos visando formação técnica e o desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, objetivando desta forma manterem seu quadro funcional sempre atualizado com as últimas evoluções nas áreas tecnológica e gerencial, oferecendo aos mesmos a oportunidade de desenvolverem suas habilidades e potencialidades.

Dessa forma, a área de treinamento da companhia proporciona aos mesmos a oportunidade de realizarem cursos superiores moldados às necessidades e operações da concessionária, com educação contínua nas áreas de qualidade total, de segurança, de gestão e de extensão universitária.

Dimensão Econômica Financeira

Receita Operacional Bruta

- A Receita de fornecimento de Energia Elétrica faturada, a Não faturada e a disponibilização do Sistema de Distribuição (Consumidores Livres), em 2016, totalizou R\$ 172.705.780 contra R\$ 208.483.507 em 2015, representando um decréscimo de -17,16% comparando um ano para outro. Este decréscimo foi em função do reajuste médio negativo de -16,30% ocorrido em Junho/2016 e da migração de alguns grandes consumidores industriais e comerciais para o mercado livre.

- Em Outras Receitas, temos os valores registrados de Subvenções da CDE, Subvenções s/Descontos nas tarifas do Serviço Público e Subsídio da classe Baixa Renda, que somaram em 2016, R\$ 5.211.690. As demais receitas totalizaram R\$ 4.311.074.

- Outros valores contabilizados na totalização das Receitas Operacionais bruta, foram a transferência para Obrigações Especiais dos valores de Ultrapassagem da Demanda e Excedente de Reativos que deduziram o valor total de R\$ 749.961 e da composição dos Ativos e Passivos regulatórios que acresceram na Receita o valor de R\$ 3.232.038.

A partir de Dezembro de 2014, foram transferidos para o Município, todos os ativos referentes ao sistema de Iluminação Pública conforme determinado pela Resolução nº 414/2010, artigo 218/Aneel.

A transferência foi efetuada sem ônus para o Município.

Receita Bruta de Energia Elétrica – faturada

Classes	Receita (R\$)		
	2016	2015	2014
Residencial	59.811.747	60.527.696	36.476.977
Industrial	59.623.512	89.601.005	47.669.116
Comercial	33.623.418	40.074.938	19.543.659
Rural	3.376.897	3.073.904	1.380.301
Poder Público	2.905.771	3.228.361	1.963.139
Iluminação pública	5.789.643	5.873.538	3.249.893
Serviço Público	3.638.681	4.270.197	1.986.979
SOMA	168.769.670	206.649.639	112.270.064
Energia Não Faturada	(368.773)	1.675.337	575.267
T O T A L	168.400.897	208.324.977	112.845.331

Disponibilização do Sistema de Distribuição – Consumidores livres – Uso do Fio

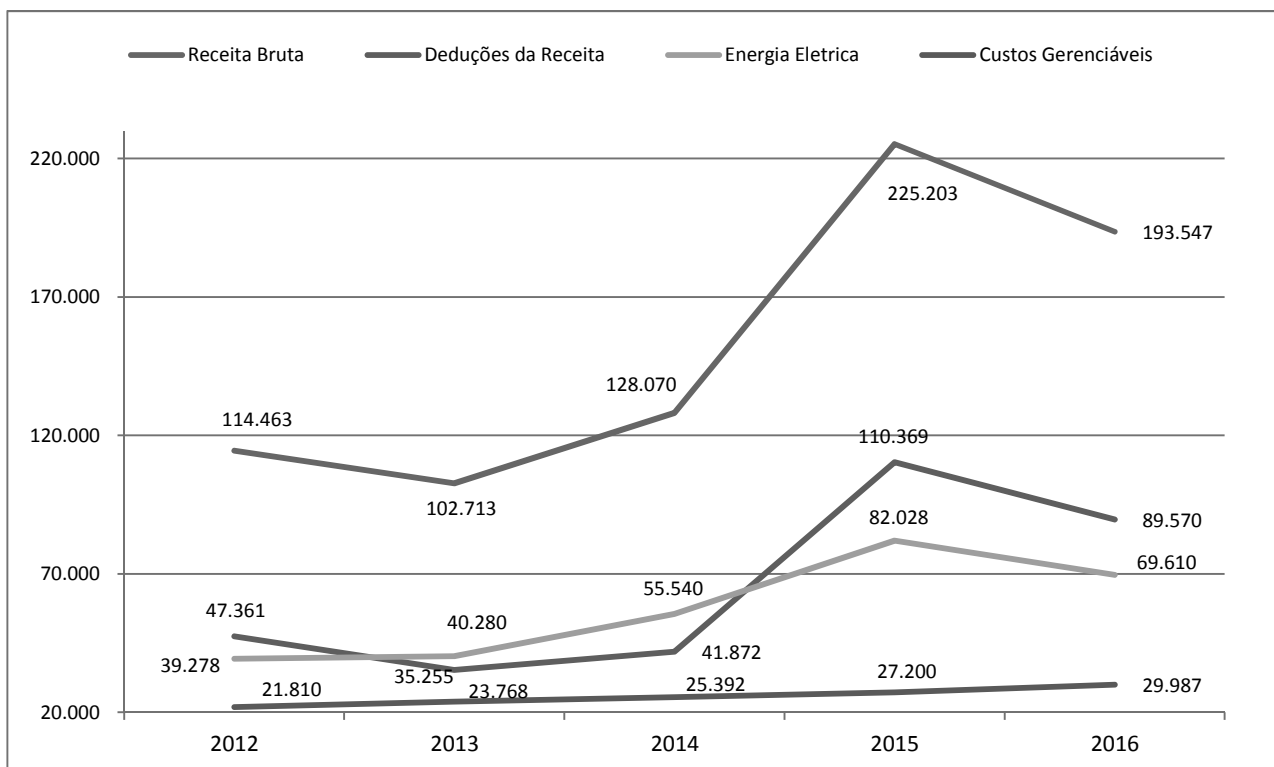
	2016	2015	2014
T O T A L	7.304.882	-	-

Outras Receitas	2016	2015	2014
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas:			
Subsídio Baixa Renda	555.047	642.136	551.570
Subvenção CDE	1.934.985	2.036.043	5.617.699
Subvenção s/Desconto na Tarifa Serviço Público/Rural	1.724.866	4.494.159	1.158.086
Subsídio s/Desconto no Fio – Consumidor Livre	996.792	-	-
Serviços Cobráveis	939.295	831.965	674.296
Arrendamento e alugueis	1.275.163	1.023.501	859.579
Manutenção Iluminação Pública	1.505.657	998.518	916.512
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	3.232.038	158.527	35.276
Receita de Construção	5.086.449	6.454.198	5.108.423
Outras Receitas	590.959	239.472	303.238
T O T A L	17.841.251	16.878.519	15.224.679
RECEITA TOTAL BRUTA	193.547.030	225.203.496	128.070.010

Dedução das Receitas	2016	2015	2014
Encargos do Consumidor:			
RGR – Cota de Reserva Legal	-	-	8.096
CCC – Conta de consumo de Combustível	-	-	-
CDE – Conta de desenvolvimento Energético	11.897.121	15.974.886	1.251.829
Programa de Eficiência Energética	434.593	488.304	375.363
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	434.593	488.304	375.363
Bandeiras tarifárias	2.842.622	14.242.776	-
Contas ACR – CCEE	7.311.087	4.124.278	-
Taxa de fiscalização	115.608	113.595	109.957
T O T A L	23.035.624	35.432.143	2.120.608
Impostos e Contribuições:			
Icms	49.747.611	54.715.567	28.903.921
Cofins	13.792.447	16.614.112	8.912.672
Pis/Pasep	2.994.413	3.607.011	1.934.987
T O T A L	66.534.471	74.936.690	39.751.580
T O T A L D A S D E D U Ç Õ E S	89.570.095	110.368.833	41.872.188

Custo com Serviço de Energia Elétrica	2016	2015	2014
Compra de Energia para Revenda	67.588.352	83.713.585	55.806.845
Encargos do Uso do Sistema	8.262.116	6.998.358	4.437.696
Proinfa	2.567.999	1.942.756	1.935.721
Bolha Financeira – Resol. 243/06	2.288.094	953.313	814.484
Conta de Compens.Var.Parc."A" – CVA	(3.631.061)	(2.921.412)	(1.628.069)
Crédito de Cofins/Pis/Pasep	(7.465.357)	(8.658.744)	(5.827.014)
T O T A L	69.610.143	82.027.856	55.539.663

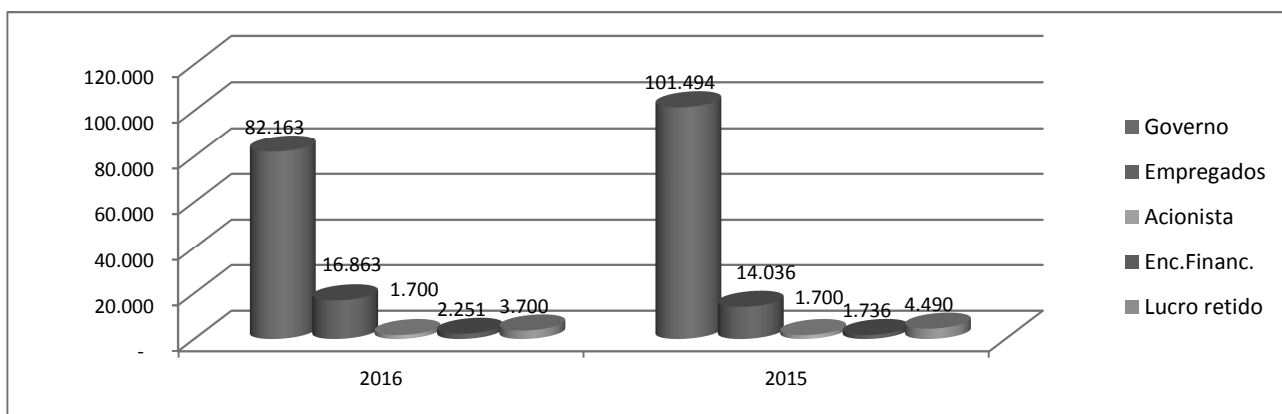
Custos Operacionais – Gerenciáveis	2016	2015	2014
Pessoal	14.181.529	12.389.831	11.905.952
Material	1.475.647	1.806.609	1.276.165
Serviço de Terceiros	5.578.418	3.313.102	3.590.232
Arrendamento e alugueis	218.452	176.613	109.534
Seguros	51.714	114.607	106.415
Doações, Contribuições e Subvenções	6.000	17.500	195.594
Custo Serv.Prest.a terceiros-Lig Legal	-	62.510	176.241
Depreciação	2.424.741	2.148.803	2.265.839
Custo com construção	5.086.449	6.454.198	5.108.423
Outras despesas operacionais	963.855	715.934	657.897
T O T A L	29.986.805	27.199.707	25.392.292



Resultado Financeiro	2016	2015	2014
Renda de aplicações financeiras	959.743	215.098	184.897
Varição Monet. e Acrésc. Moratórios – Energia Vendida	2.772.528	2.932.482	1.324.119
Tributos s/Receita Financeira	(229.193)	(86.479)	-
Outras Receitas Financeiras	1.532.313	315.703	206.474
Juros s/Capital próprio	(1.700.000)	(1.700.000)	(1.250.000)
Outras Despesas Financeiras	(2.250.937)	(1.737.144)	(650.501)
TOTAL	1.084.454	(60.340)	(185.011)

Valor Adicionado

Distribuição do Valor Adicionado (em R\$ mil)



LAJIDA ou EBITDA

Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou 6,8 milhões e margem de 6,5% em 2016, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2016	2015	2014
Resultado das Atividades	4.380	5.606	5.266
Depreciação e Amortização	2.425	2.149	2.266
Lajida/Ebitda	6.805	7.755	7.532
Receita Operacional Líquida	103.977	114.834	86.198
Margem do Ebitda - % (Ebitda / ROL)	6,54%	6,75%	8.74%

Indicadores econômicos

Índice/coeficiente	Fórmula	2016	2015	2014
Liquidez imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	R\$ 0,18	R\$ 0,17	R\$ 0,12
Liquidez corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	R\$ 1,20	R\$ 1,19	R\$ 1,20
Liquidez geral	$\frac{\text{Ativo Circ. + Realizável L.P.}}{\text{Passivo Circ. + Exigível L.P.}}$	R\$ 1,16	R\$ 1,09	R\$ 1,15
Endividamento Total	$\frac{\text{Exigibilidades totais}}{\text{Ativo Total}}$	R\$ 0,35	R\$ 0,45	R\$ 0,34
Retorno do Capital	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	11,9%	9,3%	14,3%
Razão Operacional	$\frac{\text{Despesa Operacional}}{\text{Receita Líquida}}$	0,97	0,97	0,92
Capital Fixo Aplicado	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Ativo Total}}$	0,60	0,51	0,61
Desp.Pessoal/Rec.Líquida	$\frac{\text{Despesa Pessoal}}{\text{Receita Líquida}}$	14,6%	11,6%	15,9%
Energia Comprada/Rec.Líquida	$\frac{\text{Custo Energia}}{\text{Receita Líquida}}$	71,5%	77,1%	65,0%
Capital de Giro	$\text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$	R\$ 6.298.753	R\$ 6.831.181	R\$ 3.943,611
Lucro Líquido	-	R\$ 3.822.890	R\$ 4.290.220	R\$ 5.250.050
EBITDA	Lucro Exercício + Depreciação	R\$ 5.227.661	R\$ 5.782.895	R\$ 8.188.249

BALANÇO SOCIAL

1. Base de Cálculo	2016 – Valor (R\$ mil)			2015 – Valor (R\$ mil)		
Receita Líquida	97.314			106.452		
Lucro Operacional	3.823			4.291		
Folha de Pagamento Bruta	14.182			12.389		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.296	9,1%	1,3%	1.160	9,4%	1,1%
Encargos Sociais Compulsórios sem diretoria	3.172	22,4%	3,3%	2.870	23,2%	2,7%
Previdência privada	36	0,2%	0,0%	31	0,2%	0,0%
Saúde	687	4,8%	0,7%	610	4,9%	0,6%
Segurança e Medicina no Trabalho	122	0,9%	0,1%	96	0,8%	0,1%
Educação	67	0,5%	0,1%	83	0,7%	0,1%
Cultura	10	0,1%	0,0%	-	-	-
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	58	0,4%	0,1%	19	0,2%	0,0%
Creches ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	666	4,7%	0,7%	593	4,8%	0,6%
Outros	-	-	-	-	-	-
Total – Indicadores sociais internos	6.114	43,1%	6,3%	5.462	44,1%	5,3%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$)	% sobre LO	% sobre RL	Valor (R\$)	% sobre LO	% sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa “Luz Para Todos”	-	-	-	-	-	-
Programa de pesquisa e eficiência energética	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	-	-	-	-	-	-
Tributos (excluídos os encargos sociais)	82.163		84,4%	101.494		95,3%
Total – Indicadores Sociais Externos	88.277		90,7%	106.956		100,0%

	2016	2015
4) Indicadores do Corpo Funcional	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	121	118
Nº de empregados terceirizados	51	46
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	48	43
2º Grau	56	52
1º Grau	17	23
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	16	20
De 30 até 45 anos (exclusive)	47	47
Acima de 45 anos	58	51
Admissões durante o período	20	4
Demissões durante o período	10	3
N.º de mulheres que trabalham na empresa	26	25
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	31,3%	31,3%
Estagiários	8	5
Menor Aprendiz	5	5

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2016			2015		
Relação entre a maior e a menor remuneração	7,4			7,8		
Nº total de acidentes de trabalho	3			8		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados
A previdência privada contempla	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados
A Participação nos lucros ou resultados contempla	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> São sugeridos	São exigidos	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> São sugeridos	São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> Apoia	<input type="checkbox"/> Organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> Apoia	<input type="checkbox"/> Organiza e incentiva

AGRADECIMENTOS

A COCEL agradece aos seus acionistas, em especial a colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2016.

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2016.

Marcus Preis
Diretor Presidente

Cassiano Henrique Pianaro
Diretor Técnico

Marcelo Rubens Krayevski
Diretor Econômico/Financeiro

Adriano Huber Junior
Diretor Jurídico

Carlos Alberto de Andrade
Diretor Administrativo

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

Balanco Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

ATIVO	2016	2015
CIRCULANTE		
Numerário disponível	1.171	3.273
Aplicações no mercado aberto	4.508	2.851
Consumidores, Concessionários e Permissionários.	13.831	24.660
Serviços em curso	1.446	895
Tributos compensáveis	469	224
Almoxarifado operacional	1.143	1.308
Despesas pagas antecipadamente	30	26
Ativos regulatórios	11.375	7.194
Outros ativos circulantes	3.253	2.183
	37.226	42.614
NÃO CIRCULANTE		
Tributos compensáveis	534	315
Investimentos temporários	195	195
Ativos financeiros setoriais	1.705	3.675
Outros ativos não circulantes	520	540
	2.954	4.725
Investimentos	-	287
Intangível em serviço	48.797	46.515
Intangível em curso	3.945	4.613
	52.742	51.415
	55.696	56.140
TOTAL DO ATIVO	92.922	98.754

Balança Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE		
Fornecedores	6.452	11.530
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	1.953	2.004
Obrigações sociais e trabalhistas	2.293	1.985
Tributos	2.520	4.299
Provisão para litígios	-	27
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	895	1.701
Encargos setoriais	7.588	7.203
Passivos regulatórios	8.095	7.151
Outros passivos circulantes	1.131	710
	30.927	36.610
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.657	3.584
Passivos financeiros setoriais	1.705	3.675
Obrigações Especiais	5.501	5.452
	8.863	12.711
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	39.000	38.000
Reservas de Capital	14.132	11.433
	53.132	49.433
TOTAL DO PASSIVO	92.922	98.754

Demonstrativo do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

	2016	2015
Receita Operacional		reclassificado
Fornecimento de Energia Elétrica	168.401	208.325
Disponibilização do Sistema de Distribuição	7.305	-
Ativos e Passivos Financeiros Regulatórios	3.232	159
Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	5.212	7.172
Outras Receitas	4.311	3.093
Receita de Construção	5.086	6.454
	193.547	225.203
Deduções da Receita Operacional		
ICMS	(49.747)	(54.716)
COFINS / PASEP	(16.787)	(20.221)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(11.897)	(15.975)
CDE – Conta ACR	(7.311)	(4.124)
TFSEE – Taxa de Fiscalização	(116)	(113)
Pesquisa e Desenvolvimento / Eficiência Energética	(869)	(977)
Bandeiras Tarifárias	(2.843)	(14.243)
	(89.570)	(110.369)
Receita Operacional Líquida	103.977	114.834
Custos Não Gerenciáveis – Parcela “A”		
Energia Elétrica comprada para Revenda	(66.978)	(75.680)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão/Distribuição	(2.632)	(6.348)
	(69.610)	(82.028)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	34.367	32.806
Custos Gerenciáveis – Parcela “B”		
Pessoal e Administradores	(14.182)	(12.389)
Material	(1.476)	(1.807)
Serviços de Terceiros	(5.578)	(3.313)
Depreciação e Amortização	(2.425)	(2.149)
Custo com Construção	(5.086)	(6.454)
Outras Despesas Operacionais	(1.240)	(1.088)
	(29.987)	(27.200)
Resultado da Atividade	4.380	5.606
Resultado Financeiro		
Despesas Financeiras	(3.951)	(3.436)
Receitas Financeiras	5.035	3.304
	1.084	(132)
Resultado Antes dos Impostos sobre o lucro	5.464	5.473
Imposto de Renda / Contribuição Social s/Lucro	(1.099)	(390)
Lucro antes das Participações e da Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	4.365	5.083
Participações nos Lucros	(665)	(593)
Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	1.700	1.700
Lucro Líquido do Exercício	5.400	6.190
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Cap. Social - R\$	10,79	12,37

Demonstrativo do Fluxo de Caixa dos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

	2016	2014
Atividades Operacionais		reclassificado
Lucro Líquido do Exercício	5.400	6.190
Despesas / Receitas que não Afetam o Caixa		
Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa	230	94
Depreciação e Amortização de Investimentos	3.247	3.001
Baixas do Imobilizado em Serviço	428	394
Provisões no Passivo Circulante	(27)	(173)
Provisões no Passivo Não Circulante	-	-
	9.278	9.506
Variações no Ativo Circulante		
Consumidores e Revendedores	10.600	(11.876)
Serviços em Curso	(552)	(503)
Tributos compensáveis	(245)	84
Almoxarifado operacional	165	(341)
Ativos regulatórios – Parcela A – CVA	(4.182)	(5.316)
Despesas pagas antecipadamente	(4)	57
Subsídios tarifários e Redução da tarifa equilibrada	498	421
Outros ativos circulantes	(1.567)	287
	4.713	(17.187)
Varição no Passivo Circulante		
Fornecedores	(5.078)	3.577
Obrigações sociais e trabalhistas	308	453
Tributos e Contribuições Sociais	(1.779)	620
Dividendos declarados e juros s/Capital próprio	(806)	705
Encargos setoriais	385	3.198
Passivos regulatórios – Parcela A – CVA	944	7.151
Outros passivos circulantes	420	(393)
	(5.606)	15.311
Aplicações no Ativo Não Circulante		
Tributos e contribuições compensáveis	(219)	(40)
Depósitos judiciais e cauções	-	228
Ativo financeiro Resolução nº 243/06	1.970	529
Indenização pela Concessão a Receber	21	42.095
Outros Ativos Não Circulantes	280	-
	2.052	42.812
Aplicações no Passivo Não Circulante		
Passivo financeiro Resolução nº 243/06	(1.970)	(529)
	(1.970)	(529)
Total das Atividades Operacionais	8.467	49.913
Aplicações no Imobilizado - Obras de Distribuição	(5.268)	(6.726)
Indenização pela Concessão a Receber	(21)	(42.095)
Contribuições do Consumidor	323	333
Depreciação/Amortização - Participação Financeira do Consumidor	(274)	(288)
Participações Societárias	5	-
	(5.235)	(48.776)
Atividades de Financiamentos		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	5.000
Amortização de Empréstimos	(2.004)	(715)
Juros sobre Financiamentos	26	42
Juros sobre o Capital Próprio	(1.700)	(1.700)
	(3.678)	2.627
Total de Efeitos no Caixa		
Saldo Inicial do Caixa	6.124	2.360
Saldo Final do Caixa	5.678	6.124
Varição no Caixa	(446)	3.764

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

	2016	2015
		reclassificado
1. Geração do Valor Adicionado		
Receitas de Vendas de Energia	171.633	208.325
Outras Receitas de Serviços	16.828	10.424
Receita de Construção de redes	5.086	6.454
	193.547	225.203
Menos:		
Insumos		
Custo da Energia Comprada	(77.076)	(90.686)
Materiais	(1.550)	(1.900)
Serviços de Terceiros	(4.076)	(2.353)
Custos de Construção de Redes	(5.086)	(6.454)
Outros Custos Operacionais	(1.155)	(945)
	(88.943)	(102.338)
2. Valor Adicionado Bruto	104.604	122.865
Quota de Reintegrações/Amortizações	(2.962)	(2.713)
3. Valor Adicionado Líquido Gerado	101.642	120.152
Receitas Financeiras Líquidas	5.035	3.304
4. Valor Adicionado a Distribuir	106.677	123.456
5. Distribuição do Valor Adicionado		
Remuneração do Trabalho	16.198	13.443
Governo: Impostos e Contribuições	82.163	101.494
Encargos Financeiros e Variações Monetárias	2.251	1.736
Juros Sobre o Capital Próprio / Dividendos	1.700	1.700
Lucros Retidos	3.700	4.490
Participação nos Lucros	665	593
Total	106.677	123.456

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Descrição	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	37.000	2.171	5.769	-	44.940
Aumento do Capital Social Conforme 115ª AGE e 48ª AGO de 30/04/2015					
- Com Reservas	1.000	-	(1.000)	-	-
- Com Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	6.192	6.192
Destinação do Lucro proposta a AGO					
- Reserva Legal	-	309	-	(309)	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	4.183	(4.183)	-
JSCP (R\$ 2,50 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.700)	(1.700)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	38.000	2.480	8.952	-	49.432
Aumento do Capital Social Conforme 120ª AGE e 49ª AGO de 02/05/2016					
- Com Reservas	1.000	-	(1.000)	-	-
- Com Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	5.400	5.400
Destinação do Lucro proposta a AGO					
- Reserva Legal	-	270	-	(270)	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	3.430	(3.430)	-
JSCP (R\$ 2,50 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.700)	(1.700)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	39.000	2.750	11.382	-	53.132

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ: 75.805.895/0001-30

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto Operacional

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma sociedade de Economia Mista de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, que detém 99,6% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km².

A COCEL é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, sendo todo o seu mercado atendido através da compra de energia da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

2. Da Concessão

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica – Aneel.

A Cotel assinou em 09/12/2015 o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 27/1999, prorrogando a vigência até 07/07/2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09/11/2015, com fundamento na Lei nº 12.783/2013, no Decreto nº 7.805/2012 e no Decreto nº 8.461, de 02/06/2015.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia está adotando as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Nesse sentido, estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas na Elaboração das Demonstrações Contábeis

ATIVO CIRCULANTE

4.1. Disponibilidades

Estão representadas por depósitos bancários avaliados ao custo de realização até a data do balanço patrimonial.

	2016	2015
Caixa	2	4
Contas Bancárias a Vista	810	2.823
Numerários em Trânsito	359	446
Total	1.171	3.273

O saldo de Numerário em Trânsito corresponde aos valores arrecadados pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

4.2. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras, no montante de R\$ 4.508 mil (R\$ 2.851 em 2015), estão concentradas na Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, e são remuneradas com base na variação do fundo DI, atualizadas até a data do Balanço.

4.3. Consumidores, Concessionários e Permissionários.

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal é feita a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

	2016	2015
Fornecimento faturado	9.313	19.671
Fornecimento não faturado	4.559	4.928
Outras cobranças de consumidores	1.191	1.063
(-) Provisão p/Créditos de liquidação duvidosa – PCLD	(1.232)	(1.002)
Total	13.831	24.660

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

O valor da PCLD reconhecida é considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de créditos a receber.

Constituída com base nos valores a receber dos consumidores, sendo a classe residencial vencido a mais de 90 dias, classe comercial vencido a mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Classes	2016	2015
Residencial	554	463
Industrial	201	155
Comercial	309	207
Rural	2	-
Poder Público	-	59
Outras cobranças de consumidores	166	118
Total	1.232	1.002

O fornecimento faturado de energia acrescida de outras cobranças nas faturas, apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe:

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Consolidado
Consumidores	2016				2015
Residencial	2.495	2.322	735	5.552	6.104
Industrial	547	879	249	1.675	7.385
Comercial	976	475	396	1.847	4.790
Rural	116	81	3	200	203
Poder Público	202	14	63	279	685
Iluminação Pública	457	-	-	457	558
Serviço Público	266	8	-	274	385
Governo do Paraná – Luz Fraterna	30	28	518	576	586
Total	5.089	3.807	1.964	10.860	20.696

4.4. Serviços em Curso

São registrados os valores aplicados nos Programas em andamento de Pesquisa e Desenvolvimento, de Eficientização Energética direcionados ao consumidor de Baixa Renda e de Serviços em Redes. Valor aplicado até dezembro de 2016 foi de R\$ 1.446 mil.

4.5 Tributos compensáveis

	2016	2015
Icms a compensar Curto Prazo	166	219
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	196	-
Contribuição Social s/Lucro Líquido – CSLL	39	
Provisões s/aplicações financeiras	68	5
Total	469	224

4.6. Almoxarifado operacional

Corresponde a materiais no almoxarifado de manutenção e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, no montante de R\$ 1.143 mil, (R\$ 1.308 em 31 de dezembro de 2015), e não excedem ao valor de mercado.

4.7. Despesas Pagas Antecipadamente

Prêmios de Seguros: Saldo dos pagamentos antecipados de prêmios de seguros vincendos, até a efetiva realização destas despesas pelo regime contábil de competência no valor de R\$ 30 mil.

4.8. Ativos Regulatórios

Representado pelos valores das Contas de Compensação da Parcela “A” – CVA, convertidos em componentes financeiros a partir de reajustes posteriores. A CVA é recorrente da diferença das parcelas de compra de energia, encargos setoriais como o Proinfa, a CDE – conta de desenvolvimento energético e da Neutralidade da Parcela “A”, reconhecidas no reajuste tarifário e efetivamente pagos mensalmente.

A partir da assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão assinado em 10/12/2014, A Codel aplicou a OCPC nº 08 a partir do exercício de 2014, com registros dos valores do ativo financeiro setorial em contrapartida à receita operacional.

	2016	2015
Energia elétrica comprada para revenda – CVA Energ	6.625	5.397
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia – Proinfa	151	60
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.127	1.493
Neutralidade Parcela “A”	3.472	244
Total	11.375	7.194

4.9. Outros Ativos Circulantes

	2016	2015
Créditos a receber – empregados	195	182
Títulos de créditos a receber – Parcelamentos manuais:		
- Consumidores Industriais/Comerciais e Outras	1.534	166
Serviços prestados a terceiros	41	43
Reembolsos do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético		
- Repasse CDE	-	1.124
- Subvenção s/Desc.Tarifa Serviço Público e Rural	128	499
Subsídios Baixa Renda - Eletrobrás	99	115
Subsídio s/Desconto no fio – consumidor Livre	997	-
Outros ativos a receber	259	54
Total	3.253	2.183

Os valores constantes da subconta “Títulos de créditos a receber”, do quadro acima, se originam das faturas em atraso e parceladas diretamente na Companhia, transferidas da conta de “Consumidores, Concessionários e Permissionários” demonstrado no item 4.3 conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

ATIVO NÃO CIRCULANTE**4.10. Títulos compensáveis**

	2016	2015
Icms a compensar	534	315
Total	534	315

4.11. Investimentos temporários

O valor de R\$ 195 mil refere-se ao saldo histórico de precatórios que foram adquiridos com o objetivo de quitar pendências fiscais junto ao Governo do Estado.

4.12. Ativos Financeiros Setoriais

A Resolução nº 243 de 19 de dezembro de 2006, alterou a metodologia de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD e das Tarifas de Energia Elétrica – TE aplicáveis às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional o que resultou em diferenças a serem repassadas as supridoras de energia pelas concessionárias. O saldo contábil registrado nas contas 1211.2.99 do ativo e na conta 2211.2.99 do passivo demonstram o valor a ser repassado nos exercícios posteriores à Copel.

	2016	2015
Ativo financeiro – Resolução nº 243/2006	1.705	3.675
Total	1.705	3.675

4.13. Outros ativos não circulantes**Ativos Financeiros – Indenizáveis (concessão)**

Refere-se a parcela do Intangível não amortizada até o final do contrato de concessão dos Investimentos realizados. Estes investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão mediante o pagamento de indenização.

Ao longo da concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da Companhia. O registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica do ICPC 01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

	2016	2015
Ativo financeiro	520	540
Total	520	540

4.14. Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

	2016	2015
Participações Societárias Permanentes	56	56
(-) Provisão para Desvalorização	(55)	(50)
Outros Investimentos	-	281
Total	1	287

Os valores registrados em “Outros Investimentos” no valor de R\$ 281 em 31/12/2015, foram reclassificados para o Ativo Imobilizado em Serviço após levantamento efetuado, onde identificamos que se referem a “Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias”. Identificamos que foram efetuados em datas anteriores a 2001. Apresentamos os relatórios à Auditoria Contábil que nos forneceu laudo atestando os ajustes que deveriam ser efetuados em 2016.

4.15. Intangível

	2016		
	Intangível	Ativo financeiro	Intangível Líquido
Intangível	100	(2)	98
Terrenos	258	(258)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	164	-	164
Máquinas e Equipamentos	47.276	(260)	47.016
Veículos	1.405	-	1.405
Móveis e Utensílios	114	-	114
	49.317	(520)	48.797
Imobilizado em Curso	3.945	-	3.945
	53.262	(520)	52.742

	2015		
	Intangível	Ativo financeiro	Intangível Líquido
Intangível	161	(1)	160
Terrenos	279	(279)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	53	-	53
Máquinas e Equipamentos	46.452	(260)	46.192
Veículos	13	-	13
Móveis e Utensílios	97	-	97
	47.055	(540)	46.515
Imobilizado em Curso	4.613	-	4.613
	51.668	(540)	51.128

Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC. Em função do disposto nas instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável) que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

4.16. Taxas de Depreciação

De acordo com a resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registrada e controlada por Unidade de Cadastro - UC e passaram a ser aplicados a partir de Janeiro de 2012 são as seguintes:

Estrutura - Distribuição	3,57%
Condutor - Distribuição	3,57%
Luminária	4,55%
Medidor	7,69%
Transformador de Distribuição	4,0%
Veículo	14,29%
Equipamento Geral	6,25%
Edificação	3,33%

4.17. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

PASSIVO CIRCULANTE

4.18. Fornecedores

	2016	2015
Energia Comprada p/ Revenda	6.171	10.815
Materiais, Serviços e Outros	281	715
Total	6.452	11.530

4.19. Empréstimos e Financiamentos e debêntures

	2016		2015	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Eletrobrás				
ECF 063/2004	-	-	35	-
ECF 116/2005	98	-	98	98
ECF 182/2007	60	101	60	161
ECF 212/2008	102	306	102	408
Total	260	407	295	667

Taxa de Juros de 5% ao ano, "Pro Rate Temporis" sobre o saldo devedor corrigido, incorporado ao saldo durante o período de carência.

Taxa de Administração de 1% ao ano, vencível mensalmente sobre o saldo devedor corrigido.

	2016		2015	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Caixa Econômica Federal	1.693	1.250	1.709	2.917
Total	1.693	1.250	1.709	2.917

Empréstimo efetuado junto à Caixa Econômica Federal, em 14/09/2015, no valor total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a serem pagos em 36 parcelas. Tipo de operação: CDI – Pós.

4.20. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2016	2015
Saldo de Salários a Pagar	-	1
Provisão de férias	1.388	1.187
Tributos e Contribuições Sociais retidos na fonte	208	168
Consignações em favor da Concessão e/ou Terceiros	31	36
Participações nos lucros	666	593
Total	2.293	1.985

4.21. Tributos

	2016	2015
Tributos Federais	538	1.212
Tributos Estaduais	1.666	2.799
Contribuições Sociais	315	286
Tributos retidos na fonte	1	2
Total	2.520	4.299

Cofins/Pasep: A tributação nas receitas é pela não cumulatividade estão sujeitas as alíquotas de 7,6% e 1,65%

4.22. Provisão Para litígios

A Administração, com base em informações de sua Divisão Jurídica, análise das demandas judiciais, não constituíram provisões para 2016 consideradas como “prováveis”.

Descrição	2016		2015	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhistas	-	-	-	-
Cíveis	-	-	27	-
Total	-	-	27	-

Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas:

Cíveis: A Companhia possui processos cíveis que tramitam em juizados Especiais, os quais em sua grande maioria referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Considerando seus riscos como “possíveis” os valores somam aproximadamente R\$ 90.320,28.

Nas ações que tramitam em varas cíveis considerados como “possíveis”, a Cocel conta com 23 processos com reclamações como danos materiais na maioria, temos o valor somatório aproximado de R\$ 191.543,42.

Trabalhistas: Composto por reclamações ajuizadas por ex-empregados, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento, entre outros. Considerado como risco “possível” a Companhia conta com apenas um processo estimado no valor de R\$ 40.000,00.

4.23. Encargos Setoriais

	2016	2015
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	22	34
Ministério das Minas e Energia – MME	11	17
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	2.108	1.742
Programa de Eficientização Energética	3.964	3.230
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel	53	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	788	1.573
Taxa de Fiscalização	10	10
Conta ACR – Camara de comercialização de Energia Elétrica	624	589
Demais encargos setoriais	8	8
Total	7.588	7.203

4.24. Passivos regulatórios

	2016	2015
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia – Proinfa	21	13
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.023	-
Custo de Aquisição de Energia – CVA Energ	544	-
Neutralidade Parcela “A”	-	47
Bandeiras tarifárias	3.814	5.470
Financeiro de reversão – RTE – Energ	1.671	520
Financeiro de reversão – RTE – CDE uso	1.019	1.053
Financeiro de reversão – RTE – CDE energia	3	3
Financeiro de reversão – RTE – Transporte	-	45
Total	8.095	7.151

4.25. Outros passivos circulantes

	2016	2015
Consumidores	86	53
Taxa de Iluminação Pública	777	412
Taxa do Lixo	174	151
Outros credores	94	94
Total	1.131	710

PASSIVO NÃO CIRCULANTE**4.26. Empréstimos e Financiamentos**

O Passivo Não circulante contém valores de Empréstimos e financiamentos constituídos com a Eletrobrás utilizados e aplicados no programa do governo federal “Luz para Todos”, já mencionado seus saldos no item 4.19.

4.27. Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

	2016	2015
Em Serviço		
- Participação da União, Estados e Municípios	118	118
- Participação financeira do consumidor	4.880	4.659
- Universalização Serviço Público de Energia Elétrica	2.370	2.370
(-) Amortização Acumulada	(2.122)	(1.847)
- Em Curso	255	152
Total	5.501	5.452

Refere-se a Contribuição do Consumidor, subvenções para investimentos e incentivos fiscais recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica e estão vinculados ao ativo imobilizado e à concessão.

A partir de 2008, a Companhia passou a registrar as quotas de reintegração de acordo com o Despacho Aneel nº 3073/2006.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO**4.28. Capital Social**

	2016	2015
Prefeitura Municipal de Campo Largo	38.847	37.851
Demais Acionistas	153	149
Total	39.000	38.000

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2016	2015
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

4.29. Reserva de Lucros

	2016	2015
Reserva de Lucros	14.132	11.433

A reserva de retenção de lucros foi constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral.

A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

4.30. Cálculo dos Dividendos

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos, como distribuição de lucros do exercício no montante de R\$ 1.700 mil, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros, de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual.

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos Acionistas um Dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

A remuneração dos acionistas está assim demonstrada:

	2016	2015
Lucro Líquido do Exercício	5.400	6.190
(-) Reserva Legal	(270)	(310)
(-) Constituição da Reserva	(3.430)	(4.180)
(-) Juros s/Capital Próprio	(1.700)	(1.700)
Lucro ajustado	-	-

4.31. Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

Bem Segurado	Risco	Data da Vigência	Valor Segurado
Sede Social	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	06/04/2016 a 06/04/2017	1.290
Almoxarifado	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	10/02/2016 a 10/02/2017	2.340
ASCEL	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	10/02/2016 a 10/02/2017	265
Veículos	Casco / Danos Corporais / Morte / Invalidez	19/06/2016 a 19/06/2017	Vlr.Mercado

4.32. Instrumentos Financeiros

Até 31 de Dezembro de 2016, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não mantém operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perda com flutuações nas taxas de juros e de câmbios, tendo em vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados à moeda estrangeira.

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus Valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

Consumidores, Concessionários e Permissionários.

O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos Contábeis pela sua natureza de curto prazo.

Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como:

Risco de crédito

Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente;

Concentração de risco de créditos

Como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

RESULTADO OPERACIONAL**4.33. Fornecimento de Energia Elétrica e Outras Receitas**

Classes	Nº consumidores		Consumo em MWh		Valor – R\$ (mil)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fornecimento faturado						
Residencial	43.303	42.762	78.448	79.741	59.812	60.528
Industrial	485	511	94.352	142.238	59.623	89.601
Comercial	3.142	3.097	47.655	57.941	33.623	40.075
Rural	1.817	1.745	7.155	7.212	3.377	3.074
Poder Público	217	212	3.986	4.249	2.906	3.228
Iluminação Pública	1	1	13.728	13.404	5.790	5.874
Serviço Público	71	76	6.407	6.930	3.639	4.270
Consumo Próprio	2	2	111	112	-	-
Total Energia faturada	49.038	48.406	251.842	311.827	168.770	206.650
Não faturado	-	-	-	-	(369)	1.675
Disponibilização do Sistema de Distribuição – Consum. Livres (nota 1)	9	-	47.269	-	7.305	-
Receita de Construção	-	-	-	-	5.086	6.454
Doações, Contrib. Subvenções Vinculadas ao Serv. Concedido	-	-	-	-	5.212	7.172
Outras Receitas	-	-	-	-	4.311	3.093
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	-	-	3.232	159
TOTAL	49.047	48.406	299.111	311.827	193.547	225.203

A receita de fornecimento de energia elétrica, são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

A receita não faturada corresponde a energia entregue e não faturada ao consumidor, calculada com base estimada e referente ao período após a medição mensal até o último dia do mês.

Nota 1: No ano de 2016, 9 (nove) consumidores industriais e comerciais de média tensão abaixo de 13,8 Kv pertencentes ao grupo de consumo A4, migraram para o mercado livre. A partir daí a remuneração passou a ser cobrada somente sobre a rede de distribuição utilizada por estes consumidores. O valor demonstrado no quadro acima de 47.269 MWh refere-se ao consumo destes Consumidores Livres junto a outras Distribuidoras por eles contratados.

- Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido**

	2016	2015
Subvenção Baixa Renda	555	642
Subvenção s/descontos nas tarifas do Serviço Público	1.725	2.036
Subvenção CDE	1.935	4.494
Subsídios s/Desconto no Fio – consumidor livre	997	-
Total	5.212	7.172

- Outras Receitas**

	2016	2015
Renda Prestação de Serviços – Compartilhamento de infraestrutura	1.275	1.023
Serviço Taxado	939	832
Serviços Prestados na Manutenção da Iluminação Pública	1.506	999
Ganhos na Alienação de bens e direitos	299	-
Outros	292	239
Total	4.311	3.093

- **Receita de Construção e Custo de Construção**

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

4.34. Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	2016	2015
Programa de Eficiência Energética - PEE	381	488
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel	53	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	174	195
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	174	195
Ministério de Minas e Energia - MME	87	99
Total	869	977

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – PEE, são programas de investimentos em os quais as concessionárias estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9991/2000 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/2008 e 316/2008.

Procel

A Lei nº 13.280, de 3 de maio de 2016, alterou a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética. Segundo a Lei nº 13.280/2016, 20% (vinte por cento) dos recursos para eficiência energética serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30 de dezembro de 1985, e ratificado pelo Decreto de 18 de julho de 1991.

A Resolução Normativa nº 737, de 27 de agosto de 2016, aprovou o Submódulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, que regulamenta o cálculo dos valores a investir em P&D, EE, a recolher ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel.

Os valores foram provisionados no Passivo Circulante e aguardamos a aprovação do primeiro Plano de Aplicação de Recursos pelo Comitê Gestor de Eficiência Energética – CGEE, presidido pelo MME, para que possamos providenciar o recolhimento.

4.35. Custos com aquisição de energia elétrica Comprada Para Revenda

	Em MWh		em R\$ (mil)	
	2016	2015	2016	2015
Copel – Compra de Energia	267.161	326.866	67.588	83.714
Encargos do Uso da Rede Elétrica			8.262	6.998
PROINFA			2.568	1.943
Bolha financeira – Resolução 243/06			2.288	953
Conta Compensação Parcela "A" - CVA			(3.632)	(2.921)
Crédito COFINS / PASEP/PIS			(7.464)	(8.659)
Total	267.161	326.866	69.610	82.028

4.36. Despesas Operacionais – Custos não gerenciáveis

A composição dos custos e despesas operacionais em 2016 e 2015 são as seguintes:

Naturezas	2016	2015
Pessoal	12.612	10.835
Administradores	1.570	1.554
Material	1.476	1.807
Serviço de terceiros	5.578	3.313
Arrendamento e alugueis	218	174
Seguros	52	115
Doações, contribuições e subvenções.	6	17
Provisões	203	106
(-) Recuperação de despesas	(87)	(113)
Tributos	87	148
Depreciação/Amortização	2.425	2.149
Custo com construção	5.086	6.454
Gastos diversos	761	641
	29.987	27.200

5. Participação nos Resultados.

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos Empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

A empresa constituiu provisão para pagamento de participações nos lucros do exercício de 2016, no valor de R\$ 665 mil, abaixo do montante máximo a ser pago, conforme consta no Art. 29, incisos V e VI, do Estatuto Social, estando este sujeito a aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

6. Universalização do serviço Público de Energia Elétrica.

Conforme Decreto nº 4.873, de 11 de Novembro de 2.003, foi instituído o Programa de Universalização - Luz para Todos, a ser realizado sem qualquer ônus aos consumidores.

Foram celebrados 4 (quatro) contratos junto a Eletrobrás para a realização das obras do Programa “Luz para Todos”. A Cocel já encerrou o programa em 2014.

Os valores finais seguem discriminados no quadro abaixo:

	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	4ª etapa	Total
Contrapartida	Contrato nº 063/04	Contrato nº 116/05	Contrato nº 182/07	Contrato nº 212/08	
COCEL	216	528	162	543	1.449
CDE	432	1.056	-	1.303	2.791
RGR	432	1.056	663	1.303	3.454
TOTAL	1.080	2.640	825	3.149	7.694

Sendo:

RGR – Reserva Global de Reversão – Recursos decorrentes de subvenção econômica. Financiada.

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético – Subsidiada.

COCEL – Agente Executor – Recursos próprios.

7. Demonstração do Resultado Segregado por Atividade.

Todos os valores contidos no Balanço Patrimonial referem-se única e exclusivamente as atividades de Distribuição, tendo em vista que a concessionária é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, atendendo somente o município de Campo Largo, e ainda não possuindo nenhuma atividade atípica.

Marcus Preis
Diretor Presidente

Cassiano Henrique Pianaro
Diretor Técnico

Marcelo Rubens Krayevski
Diretor Econômico/Financeiro

Adriano Huber Junior
Diretor Jurídico

Carlos Alberto de Andrade
Diretor Administrativo

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

Campo Largo, 31 de dezembro de 2016.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2016, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 31 de Março de 2017.

Moacir Thadeu Schneider
Presidente

Vinicius Marcel Lamógia
Conselheiro

Regiane Portella Gomes
Conselheira

João Alceu Borges Tigrinho
Conselheiro

José Carlos Noriller
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 31 de março de 2017.

Elio De Oliveira Manoel
Presidente

Waldir Carlos Cosmo
Conselheiro

Rubens Beber
Conselheiro

Paulo Henrique Bianco
Conselheiro

Adão Natalino Da Silva Junior
Conselheiro

Pedro Mosko
Conselheiro

Lorena Alberton Camargo
Conselheira



TATICCA Auditores Independentes S.S.
Av. Nove de Julho, 5966 2º andar - cj. 21
01406-200 Jardim Paulista - São Paulo – SP
Tel.: 55 11 3062-3000
www.taticca.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia Campolarguense de Energia - COCEL
Campo Largo - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL (Companhia) em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



TATICA Auditores Independentes S.S.
Av. Nove de Julho, 5966 2º andar - cj. 21
01406-200 Jardim Paulista - São Paulo – SP
Tel.: 55 11 3062-3000
www.taticca.com.br

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.



TATICCA Auditores Independentes S.S.
Av. Nove de Julho, 5966 2º andar - cj. 21
01406-200 Jardim Paulista - São Paulo – SP
Tel.: 55 11 3062-3000
www.taticca.com.br

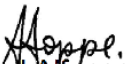
O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2017.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP-03.22.67/O-1


Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC - 1SC020036/O-8-T-SP



RELATÓRIO ANUAL

DAS

DEMONSTRAÇÕES

REGULATÓRIAS

2016

Conteúdo

Relatório da Administração:

- Carta do Presidente
- A Empresa
- Estrutura Organizacional
- Governança Corporativa
- Estrutura e Ambiente da Prestação de Serviços
- Aspectos Operacionais
- Indicadores Sociais Externos
- Investimentos
- Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos
- Indicadores Sociais Internos
- Dimensão Econômica Financeira
- Indicadores econômicos
- Balanco Social

Demonstrações Contábeis:

- Balanco Patrimonial
- Demonstrativo do Resultado
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração do Valor Adicionado
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Notas Explicativas

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2016

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2016, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia Campolarguense de Energia – Cotel, para a sociedade, colaboradores, investidores e consumidores.

CARTA DO PRESIDENTE

A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ sob nº. 75.805.895/0001-30, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, regendo-se de acordo com a Lei nº 6.404 de 15/12/76 e pela Lei Municipal nº 106/67 de 05/12/1967, tendo como principal atividade o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, conforme Contrato de Concessão nº 27/99 – ANEEL.

Os novos indicadores de qualidade e regras estipuladas pela ANEEL no momento da renovação do contrato de concessão já entraram em vigor em 2016. Os limites impostos pela agência reguladora estão cada vez mais rígidos, e atendê-los integralmente é essencial para que a concessão seja mantida.

Em 2016 foram investidos pela Cotel quase R\$ 3,4 milhões em obras de melhoria e ampliação de rede. As ações têm o objetivo de melhorar a qualidade no atendimento prestado e minimizar o risco de interrupções no fornecimento de energia. São mais de 19 km de novas redes em baixa tensão, mais de 18 km de novas redes em alta tensão e um aumento de 3357 kVA (quilo-volt-ampères) na potência instalada. Uma obra de grande porte que trará várias melhorias para o Alimentador Passaúna foi iniciada.

A frota da Companhia foi parcialmente renovada e um leilão dos veículos substituídos deve ser realizado em 2017. Foram adquiridos durante o ano 4 motocicletas Honda 160, 4 veículos Sandero, 2 furgões Kangoo, 1 pick-up Strada, 1 Renault Duster e 6 camionetes Toyota Hilux.

O número de atendimentos realizados durante o ano bateu novo recorde, chegando a 264.267 protocolos registrados – 5% a mais que no ano anterior. São disponibilizados cinco canais de atendimento para atender esta demanda.

Cordialmente,

Marcus Preis

Diretor Presidente

A EMPRESA

Missão

“Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas”.

Visão

“Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade”.

Política da Qualidade

“Melhorar continuamente os nossos serviços de distribuição de energia elétrica, atendendo as expectativas dos clientes, acionistas, colaboradores e comunidade”. (ISO-9001)

Política da Qualidade no tratamento das reclamações

“Garantir aos consumidores a possibilidade de reclamar, disponibilizando as informações e recursos necessários, buscando a melhoria contínua para satisfazer ao reclamante, conforme a regulamentação pertinente”. (ISSO-10002)

Princípios e Valores

“A COCEL, busca promover a satisfação dos consumidores, acionistas, colaboradores e fornecedores”.

Organização e Gestão

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL atua no segmento de distribuição de energia elétrica há 48 anos, e tem se preocupado de forma constante na atualização de práticas de gestão corporativa, bem como nas questões relativas às tecnologias voltadas para sistemas de informações aplicados às empresas modernas, sem, no entanto, deixar de valorizar o seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses anos de existência da Companhia.

Perfil

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social.

É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 2012, conforme disposições da legislação, a Cotel manifestou seu pedido de prorrogação da concessão pelo prazo de 30 anos.

Em 2015, a Cotel renovou seu Contrato de Concessão de Energia Elétrica, assinando o Quinto Termo Aditivo em 09/12/2015 por 30 anos. O Decreto nº 8.461, de 02.06.2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11.01.2013, prevendo indicadores de eficiência que deverão ser observados pela concessionária pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016.

Estrutura Organizacional

Assembleia Geral Ordinária: obrigatoriamente deverá ocorrer até 30 de abril, onde os Acionistas e Conselhos de Administração e Fiscais examinam as contas da Diretoria, discutem e deliberam sobre relatórios e Balanços anuais;

Conselho de Administração: Composto por sete membros eleitos pela Assembleia Geral com mandatos de três anos, podendo ser reeleitos. Compete ao Conselho de Administração, orientação sobre negócios da Companhia, eleger, destituir e fiscalizar diretores;

Conselho Fiscal: Composto por cinco membros efetivos, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos. Suas atribuições, deveres e responsabilidades são estabelecidos no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas;

Diretorias: Eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos;

Controladoria: No ano de 2007 foi instituído o Sistema de Controle Interno da Companhia, conforme termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da lei complementar nº 101/2000, com objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Também tem a função de prestar contas e informações sobre a gestão da empresa perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Auditoria Interna: Através da Ata 122ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, de 28 de outubro de 2016, com base na Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, em especial ao art. 9º, inciso III, § 3º, foi implementado a área denominada Auditoria Interna, a qual é vinculada diretamente ao Conselho de Administração, sendo responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

Governança Corporativa

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL é uma Sociedade de Economia Mista, de Capital Fechado e regulado pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 39.000 (trinta e nove milhões de reais), representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal.

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2016	2015
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Auditoria Externa

A COCEL tem como contratada a empresa TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S. S. – EPP para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abrangência da Área de Concessão - Mercado de Energia

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km² e população de 125.719 habitantes, segundo estimativa do IBGE.

Atendimento aos consumidores

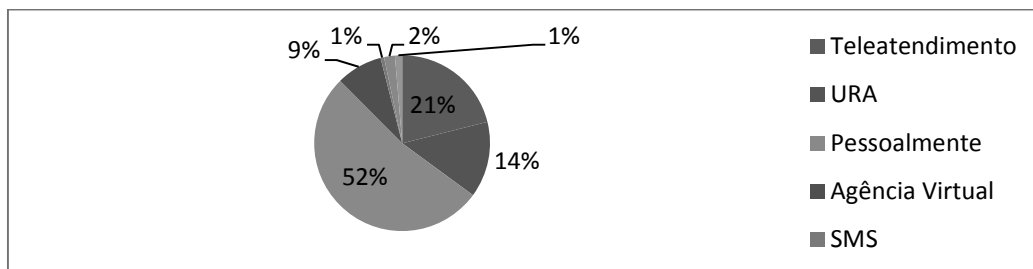
Em 2016 foram registrados pelo Setor de Atendimento da Cocal 264.267 protocolos – a maior parte deles referentes a atendimentos realizados na sede da Companhia. É o maior número de protocolos registrados em um ano em toda a história da Cocal, 5% a mais que no ano anterior. Mais de 70 mil ligações foram recebidas durante o ano. Onze colaboradores efetivos e duas estagiárias trabalham para atender esta demanda.

Cinco canais de atendimento são disponibilizados para atender os consumidores:

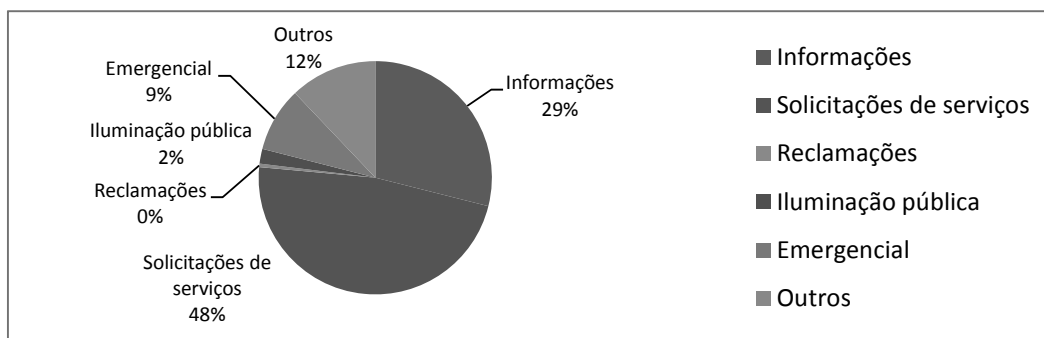
- Presencial: realizado na sede da Companhia, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30;

- Tele atendimento: ligação gratuita para 0800-7262121. O atendimento personalizado ocorre de segunda-feira a sábado das 8h às 20h. Fora deste período o atendimento é realizado por central automatizada (URA – Unidade de Resposta Automatizada) – serviço disponível 24 horas por dia;
- Agência Virtual: disponível no site www.cocel.com.br – serviço disponível 24 horas por dia;
- E-mail: link para o e-mail atendimento@cocel.com.br disponível no site – serviço disponível 24 horas por dia e respondido em horário comercial;
- SMS: para informar falta de energia basta enviar mensagem de celular para (41) 99106-9146 – serviço disponível 24 horas por dia.

Os atendimentos realizados em 2016 foram recebidos pelos seguintes canais:



A maioria dos atendimentos realizados é para solicitação de serviços, seguido de pedido de informações:



Além da revisão contínua nos procedimentos de atendimento a consumidores, em 2016 foram realizados treinamentos especiais sobre aferição, fiscalização e funcionamento de novos medidores; tratamento de reclamações, sistema de gestão da qualidade e ainda sobre redes compactas e obras de melhoria e reforço de rede.

Agentes Arrecadores

A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a COCEL conta com 34 agentes arrecadores conveniados e contratados, lotéricas, além de outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município.

Ouvidoria

A Ouvidoria da Cocel é um setor independente dos demais e fica à disposição dos consumidores que desejarem registrar suas reclamações, sugestões ou críticas. É uma forma de ampliar os canais de comunicação entre a Companhia e seus consumidores. As Ouvidorias das Concessionárias de Energia Elétrica são regulamentadas pela Resolução nº 470/2011 – ANEEL.

No ano de 2016, a Ouvidoria atendeu a 96 reclamações de seus consumidores, sendo que 10% delas foram feitas via telefone, 50% pessoalmente, 35% foram registradas junto à ANEEL e 5% no PROCON.

Atendeu também 45 pedidos de informações sendo que 90% oriundos do Conselho de Consumidores da Cocel.

Aspectos Operacionais

Mercado de Energia Elétrica

Foram realizadas no ano 632 novas ligações, das quais 541 são da classe residencial. Totalizando no final do exercício de 2016, 49.038 consumidores contra os 48.406 consumidores de 2015, o que representa um crescimento de 1,3%. Destaque na classe residencial que representa 88,3% do número de consumidores.

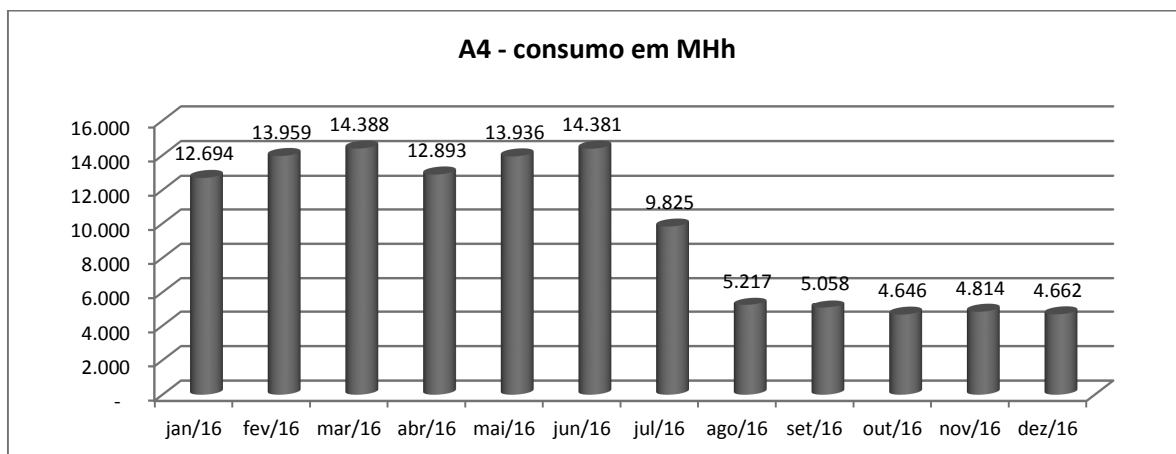
O faturamento bruto de energia elétrica apresentou um decréscimo de 18,3%, passando de R\$ 206.650 mil em 2015 para R\$ 168.770 mil em 2016.

O consumo total de energia faturada pela COCEL, em 2016, totalizou 251.842 MWh. Um decréscimo de 19,2%, comparando com a energia faturada no ano de 2015, que totalizou 311.827 MWh.

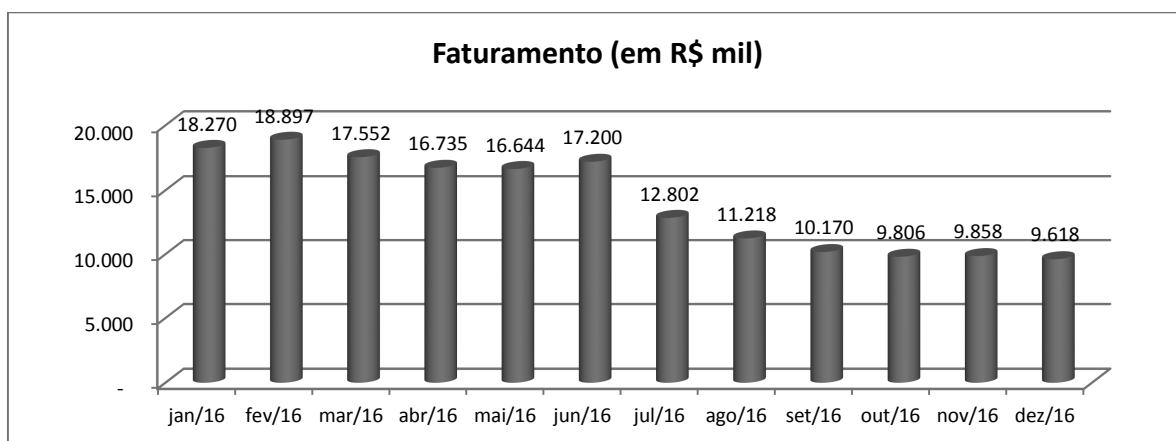
A classe industrial composta por 485 consumidores representa 1,0% do total de consumidores, 37,5% do mercado de energia em kWh, e 35,3% do faturamento bruto.

No ano de 2016, 9 (nove) consumidores industriais e comerciais de média tensão abaixo de 13,8 Kv pertencentes ao grupo de consumo A4, migraram para o mercado livre. A partir daí a remuneração passou a ser cobrada somente sobre a rede de distribuição utilizada por estes consumidores.

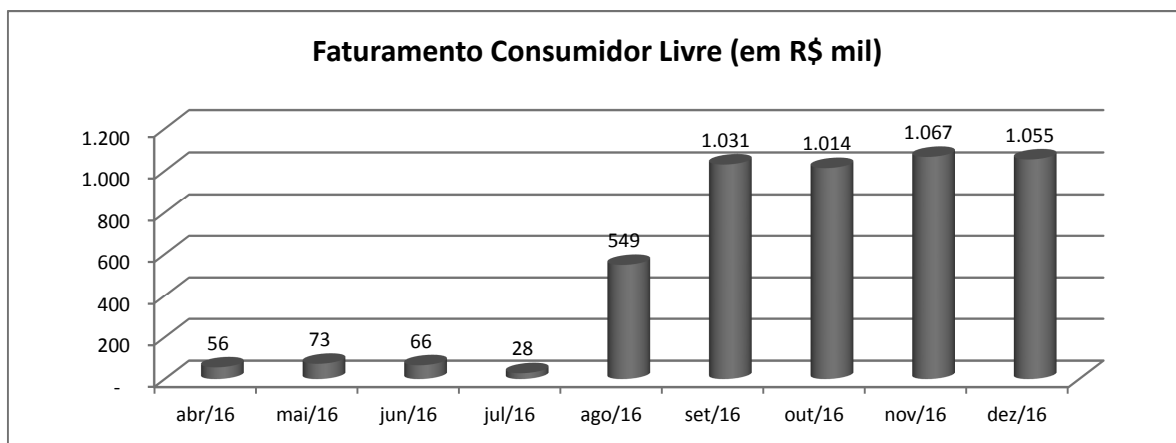
Abaixo, demonstramos a queda no consumo do grupo A4 no decorrer do exercício em MWh:



A queda em nosso faturamento de energia também é demonstrada no gráfico abaixo:



No quadro a seguir demonstra-se o faturamento dos consumidores livres, excluído o ICMS Substituição tributária:



A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluído os valores do ICMS, COFINS e do PIS/PASEP, atingiu em Dezembro de 2016, R\$ 454,99/MWh, representando um crescimento de 0,82% em relação a dezembro de 2015.

A relação consumidor-empregados passou de 405 para 419 consumidores para cada empregado em 2016.

A energia requerida ao longo do exercício de 2016 adquirida integralmente da nossa supridora Companhia Paranaense de Energia - COPEL apresentou um decréscimo de -18,3%, passando de 326.866 MWh em 2015 para 267.161 MWh em 2016.

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e técnicas foram de 5,4%.

Número de Consumidores

Classes	2012	2013	2014	2015	2016
Residencial	38.526	40.274	41.958	42.762	43.303
Industrial	506	549	550	511	485
Comercial	2.800	2.901	3.007	3.097	3.142
Rural	1.550	1.618	1.666	1.745	1.817
Poder Público	205	206	212	212	217
Iluminação Pública	1	1	1	1	1
Serviço Público	40	45	75	76	71
Consumo próprio	2	2	2	2	2
TOTAL	43.630	45.596	47.471	48.406	49.038
Varição	3,90	4,51	4,11	1,97	1,31

Energia Faturada (GWh)

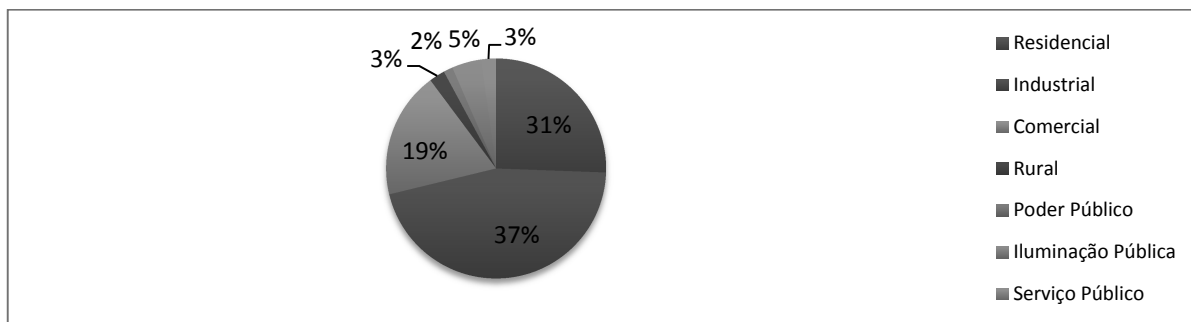
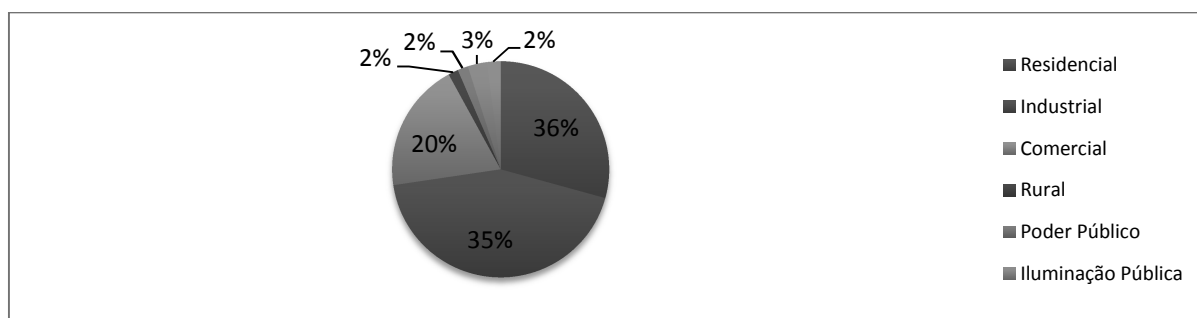
Classes	2012	2013	2014	2015	2016
Residencial	73	78	82	80	78
Industrial	142	144	142	142	94
Comercial	39	45	51	58	48
Rural	7	7	7	7	7
Poder Público	5	4	5	4	4
Iluminação Pública	13	13	13	13	14
Serviço Público	5	6	6	7	6
TOTAL	283	297	306	312	251
Varição	5,60	4,95	3,03	1,96	-19,55

Energia Faturada (R\$ mil)

Classes	2012	2013	2014	2015	2016
Residencial	35.202	31.065	36.477	60.528	59.812
Industrial	47.963	41.407	47.669	89.601	59.623
Comercial	16.071	14.965	19.544	40.075	33.623
Rural	1.255	1.114	1.380	3.074	3.377
Poder Público	1.945	1.666	1.963	3.228	2.906
Iluminação Pública	3.094	2.736	3.250	5.874	5.790
Serviço Público	1.698	1.512	1.987	4.270	3.639
TOTAL	107.228	94.465	112.270	206.650	168.770
Variação	8,55	-11,90	18,85	84,07	-18,33

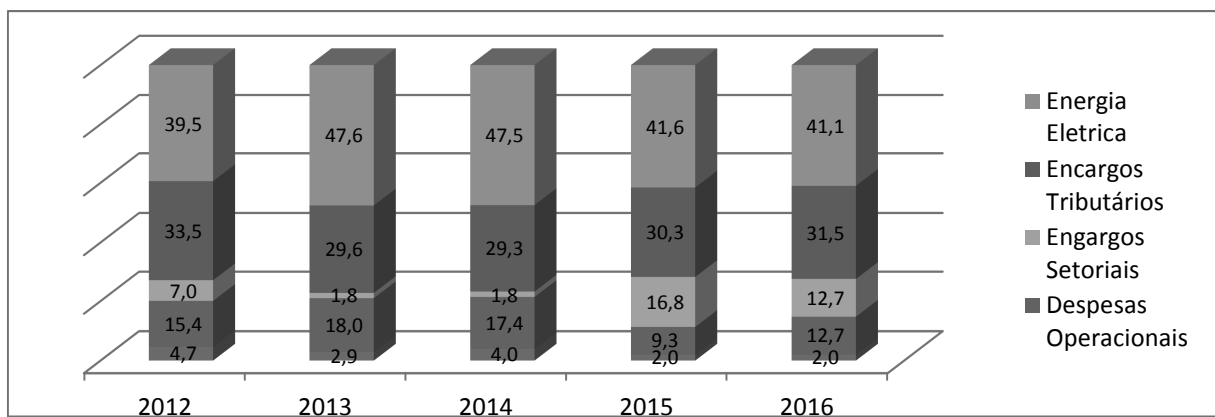
Balço Energético

Classes	2012	2013	2014	2015	2016
G Venda de Energia	283	297	306	312	251
W Compra de Energia	300	304	323	327	267
h Perdas Totais	17,2	7,4	17,2	15,0	16,0
Perdas Técnicas-PT	12,0	5,2	12,1	10,5	11,2
Perdas Não Técnicas-PNT	5,2	2,2	5,2	4,5	4,8
% PT/Energia requerida	4,0%	1,7%	3,7%	3,2%	4,2%
% PNT/Energia requerida	1,7%	0,7%	1,6%	1,4%	1,8%
% Perdas Totais /Energia requerida	5,7%	2,4%	5,3%	4,6%	6,0%

Consumo por Classe de consumidor (GWh)**Consumo por Classe de consumidor (R\$)****Composição da Tarifa – com utilização de dados reclassificados pelo Demonstrativo do valor adicionado – DVA.**

É demonstrada no gráfico abaixo a composição da tarifa em percentuais com base na Receita Bruta total.

É apresentado um resumo dos valores mais expressivos, onde temos a Parcela "A" que são os custos não gerenciáveis como Energia Elétrica, Encargos Tributários e Encargos Setoriais e as Despesas operacionais, que é a Parcela "B" - custos gerenciáveis que somam despesas com Pessoal, administradores, Material, Serviço de terceiros e outros. É a parcela "B" utilizada para a operacionalização da distribuição da Energia Elétrica no município. Somando-se ao Lucro líquido anual, resulta no valor utilizado para também efetuar seus investimentos e remunerar os acionistas.



Tarifa média

Classe	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2016	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2015
Residencial	511,31	503,82
Industrial	436,05	436,72
Comercial	473,79	468,20
Rural	340,37	332,41
Poder Público	494,38	511,42
Iluminação Pública	279,90	287,80
Serviço Público	382,21	410,07
Consumo Próprio	512,28	282,80
Tarifa Média	454,99	451,28

Indicadores Sociais Externos

Qualidade Técnica do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) módulo COD, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e FEC são medidos no Conjunto Campo Largo (CL) e no Conjunto Distrito Industrial de Campo Largo (DCL):

	2016	2015	2014	2013
DEC - Conjunto CL - valor apurado	8,00	7,71	9,09	9,73
DEC - Conjunto CL - limite	9,00	9,00	10,00	11,00
DEC - Conjunto DCL - valor apurado	11,61	10,74	11,92	8,44
DEC - Conjunto DCL - limite	10,00	11,00	12,00	13,00
FEC - Conjunto CL - valor apurado	7,35	5,57	6,72	12,46
FEC - Conjunto CL - limite	7,00	8,00	8,00	9,00
FEC - Conjunto DCL - valor apurado	9,07	8,42	8,81	7,47
FEC - Conjunto DCL - limite	8,00	9,00	9,00	10,00

O Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 27/1998 estipulou no Anexo II condições específicas para a prorrogação das concessões. O contrato estabeleceu metas de eficiência com relação a qualidade do serviço prestado considerando a frequência e a duração média de interrupções do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Os indicadores avaliados serão:

- **DECI** (Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por unidade consumidora), e
- **FECI** (Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por unidade consumidora).

A ANEEL estabeleceu limites máximos destes indicadores para os próximos 05 anos:

	DECI					FECI				
	2016	2017	2018	2019	2020	2016	2017	2018	2019	2020
Metas	11,07	10,95	10,84	10,72	10,6	8,4	8,2	8	7,8	7,6
Realizado	8,64	-	-	-	-	7,50	-	-	-	-

Investimentos

Resumo das Obras Realizadas

Ao longo de 2016 a COCEL aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, conforme apresentamos na tabela abaixo:

Tipo da Obra	Rede B.T (m)	Rede A.T. (m)	Postes	Trafos	Potência Inst.(kVA)	Qtde de Obras	Investimento (R\$ Mil)
Ampliação Urbana	2.578	2.890	111	32	873	39	230
Reforço Urbano	3.230	5.488	64	42	1.744	48	457
Melhoria Urbana	15.350	12.695	576	84	1.428	286	1.843
Ampliação Rural	2.120	4.307	89	22	228	34	290
Reforço Rural	111	256	1	2	40	3	28
Melhoria Rural	804	2.937	100	42	127	104	486
Medidores Urbano/Ramal Aéreo	-	-	-	-	-	-	552
Veículos	-	-	-	-	-	-	1.356
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	26
TOTAL	24.193	28.573	941	224	4.440	514	5.268

Tabela comparativa de crescimento do Sistema de Distribuição

Sistema de Distribuição	2016	2015
Redes de distribuição - Baixa Tensão (Km)	818	794
Redes de distribuição - Alta Tensão (Km)	1.737	1.708
Postes - Unidade	35.887	34.946
Transformadores - Unidades	5.336	5.112
Potência instalada em Transformadores (KVA)	238.951	234.511
Consumidores	50.814	48.406

Universalização

O Processo de Universalização da Energia Elétrica no Brasil iniciou-se com a edição da Resolução ANEEL n.º 223, de 29 de abril de 2003, que regulamenta a aplicação da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003, que consistia em acabar com a exclusão elétrica no Brasil.

PROGRAMA “LUZ PARA TODOS”

O que é o Programa

O governo federal iniciou em 2004 o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país com o lançamento do programa LUZ PARA TODOS, que tem o objetivo de levar energia elétrica para 10 milhões de pessoas do meio rural até 2008/2009. O programa, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas, atenderá uma população equivalente aos estados de Piauí, Mato Grosso do Sul, Amazonas e do Distrito Federal.

O programa foi orçado em R\$ 12,7 bilhões e está sendo realizado em parceria com as distribuidoras de energia e os governos estaduais. O governo federal destinará 9,1 bilhões ao programa. O restante será partilhado entre governos estaduais e agentes do setor.

Os recursos federais virão de fundos setoriais de energia - a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR).

O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários mínimos e 80% estão no meio rural.

Histórico das Obras do “Programa Luz para Todos”

Nas obras do Programa Luz para Todos a COCEL forneceu a ligação da energia elétrica até os domicílios de forma gratuita e inclui a instalação padrão de entrada além de três pontos de luz e duas tomadas. A COCEL já encerrou o programa em 2014 com atendimento de 100% de seus consumidores.

Foram realizadas 1377 novas ligações o que abrange aproximadamente 6.500 habitantes.

Quadro de Metas Físicas do Programa

Tipo	Realizado total
Consumidores	1.377
Padrões de entrada	1.345
Kit Instalação interna	1.142
Km de rede A.T.	338
Km de rede B.T.	38
Postes	4.236
Transformadores	563
Potência instalada (kVA)	9.142

Programa “Luz Fraterna”

Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná de acordo com a Lei 17.639/2013, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores que tenham o cartão “Bolsa Família” cadastrado e consumam no máximo 120 KWh por mês. Para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Luz Fraterna	2016	2014
Nº de residências atendidas	1.375	1.275
Residências atendidas pelo Programa Luz Fraterna, com relação ao total de consumidores residenciais	3,1%	2,64%
Receita de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	355	375
Total da receita de faturamento do Programa Luz Fraterna em relação ao total da receita do faturamento residencial	0,59%	0,62%
Subsídio recebido do Governo Estadual, relativo aos consumidores do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	355	375

Tarifa do Programa Baixa Renda

O Programa de Baixa Renda é determinado pela Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010 e Resolução Normativa nº 414/2010/Aneel, e proporciona descontos nas faturas de energia, de acordo com as seguintes condições:

- I – família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, com renda familiar mensal *per capita* menor ou igual a meio salário mínimo nacional; ou
- II – quem receba o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993; ou
- III – família inscrita no Cadastro Único com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, que tenha portador de doença ou deficiência cujo tratamento, procedimento médico ou terapêutico requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.

A Tarifa Social de Energia Elétrica será aplicada somente a uma única unidade consumidora por família de baixa renda.

Tarifa de Baixa Renda	2016	2015
Nº de residências atendidas	2.277	2.340
Residências atendidas pelo Programa Baixa Renda, com relação ao total de consumidores residenciais	5,2%	5,5%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	619	642
Total da receita de faturamento da classe de consumo “Baixa Renda” em relação ao total da receita do faturamento residencial	1,1%	1,1%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa Baixa Renda (R\$ mil)	555	642

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Ao longo do ano de 2016 a Companhia Campolarguense de Energia realizou as seguintes atividades em relação aos seus projetos de P&D:

- No projeto intitulado Metodologia para otimização dos indicadores de continuidade empregando Religadores monofásicos de Distribuição Aérea foram finalizadas as obras e os estudos de proteção para completa implantação das 15 unidades dos Religadores monofásicos, os TripSaver, os quais foram instalados no Alimentador Três Córregos. Os últimos equipamentos foram colocados em operação em final de Agosto de 2016, iniciando assim o período de avaliação.

Total gasto no Projeto até Dezembro de 2016 foi de R\$ 285.845.

- No projeto intitulado Plataforma Experimental de Automação de Alimentadores da Companhia Campolarguense de Energia, houve a aquisição e treinamento do Software Supervisório e de Aquisição de Dados Elipse, realização de estudos de Rede para escolha dos Alimentadores nos quais serão instalados os Dispositivos Eletrônicos Inteligentes, do inglês *Intelligent Electronic Device* - IED, modelagem matemática dos circuitos escolhidos, especificação e licitação dos cinco IED (Religadores Automáticos) para implantação nos Alimentadores escolhidos e especificação da infraestrutura de Telecomunicações necessária ao projeto.

Total gasto no Projeto até Dezembro de 2016 foi de R\$ 395.052.

Juntamente com a Engenharia, participaram das Atividades os Institutos Lactec e as Divisões de Distribuição e O&M da Companhia Campolarguense.

Projetos de Eficiência Energética - PEE

O Programa de Eficiência Energética – PEE da Cocal segue a regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que também é responsável por fiscalizar os projetos de todas as concessionárias. Racionalizar o consumo de energia das famílias de baixa renda foi o objetivo da Companhia durante o ano de 2016, dando continuidade ao projeto iniciado dois anos antes.

A troca de equipamentos obsoletos por modelos mais eficientes em conjunto com ações de conscientização resultaram em 1200 MWh (megawatt-hora) economizados durante o ano. Já foram substituídas 325 geladeiras antigas por modelos novos e eficientes. Até o final do projeto, previsto para o primeiro semestre de 2017, mais 360 substituições devem ser realizadas – totalizando 685 geladeiras novas entregues sem nenhum custo para as famílias.

Além das geladeiras, mais de nove mil lâmpadas foram trocadas por modelos econômicos. As famílias entregavam até três lâmpadas incandescentes (que consomem muita energia) e recebiam de volta até três lâmpadas econômicas – também sem precisar pagar nada.

Uma equipe contratada pela Cocal visitou em 2014 todas as famílias cadastradas com Tarifa Social, para identificar as condições dos equipamentos e definir (conforme os critérios técnicos exigidos pela ANEEL) quais famílias teriam os equipamentos substituídos. Durante esta primeira visita cada família recebeu até três lâmpadas fluorescentes para substituir os modelos incandescentes, já garantindo economia no consumo.

Campanhas educativas também fizeram parte deste projeto. O foco da Companhia foi em conscientizar os consumidores sobre quanta energia cada aparelho consome, fazendo o comparativo com o valor da tarifa para facilitar o entendimento.

Por lei, toda concessionária de energia deve destinar parte de seu lucro a programas que resultem na economia de energia – como a troca de equipamentos e ações educativas. E a maior parte desta verba deve ser destinada a programas voltados às famílias de baixa renda.

Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um Dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária.

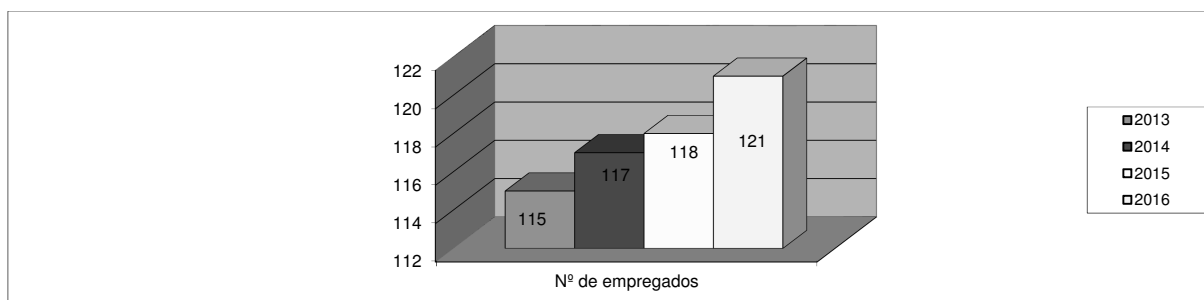
A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permite sua dedutibilidade, para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. No exercício de 2016, foi apropriado a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 1.700 mil, e também constituiu reserva no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício.

Para atender ao seu programa de Investimento foi retido o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 3.430 mil como Reserva de Retenção de Lucros, de modo a assegurar a realização de obras do próximo exercício pelo orçamento de capital de concessionária.

Indicadores Sociais Internos

Quadro de Colaboradores Efetivos da COCEL

Ao final do exercício, o quadro efetivo de empregados da Companhia conta com 121 colaboradores.



Programa de Alimentação

A COCEL distribuiu através do Programa de Alimentação, R\$ 1.295 mil em créditos de vale alimentação, que beneficiou todos os seus funcionários registrados.

Convênio Médico

Os funcionários contam com o convênio empresarial em parceria com a UNIMED com cobertura em todo o território nacional. A parte do convênio a cargo dos funcionários é em média de 61% (sessenta e um por cento).

Nos meses de abril e/ou maio, é realizada campanha de vacinação antigripal estendida a todos os funcionários da Companhia.

Convênio odontológico

A COCEL mantém convênio odontológico que abrange em geral todos os tipos de tratamentos dentários. Inclusive implantes. Estende-se também aos dependentes. Sobram a cargo do funcionário em média 20% do tratamento.

Convênio Farmácia

A COCEL mantém Convênio Farmácia aos seus funcionários e dependentes. Quando apresentado a receita médica, o reembolso dos medicamentos é de 70%.

EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

Programa de Estagiários

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, dentre as quais: Pontifícia Universidade Católica – PUC, Universidades TUIUTI, Faculdade Cenecista Presidente Kennedy, Sociedade Paranaense de Ensino de Informática – SPEI, Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, Centro Universitário Positivo – UNICENP e Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. Contamos atualmente com **08** estudantes que realizam sua complementação de ensino, e que estão estagiando nas diversas áreas da companhia.

Menor Aprendiz - Combate a Mão de Obra infantil

A Companhia possui termo de compromisso com o SENAI – Serviço Nacional da Indústria no intuito de colaborar com esta entidade nas ações sociais, encaminhando menores em sua vida profissional. Ao longo do exercício, 05 menores desenvolveram atividades na Companhia.

Ajuda de Custo de Material Escolar

A COCEL conta com o programa de auxílio de material escolar que abrange funcionários e seus dependentes, bastando o funcionário apresentar o comprovante de matrícula. No ano foram investidos R\$ 46 mil.

Segurança e Medicina do Trabalho

A COCEL mantém uma constante preocupação com a segurança no trabalho com implantações constantes de ações preventivas, dentre as quais, destaca-se a implantação em 2007 da Norma Reguladora 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Também são estendidos a todos os funcionários práticas laborais com exercício semanais.

Programas de Desenvolvimento e Treinamento

Ao longo do exercício, a companhia investiu o equivalente a R\$ 20 mil em bolsa de estudos visando formação técnica e o desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, objetivando desta forma manterem seu quadro funcional sempre atualizado com as últimas evoluções nas áreas tecnológica e gerencial, oferecendo aos mesmos a oportunidade de desenvolverem suas habilidades e potencialidades.

Dessa forma, a área de treinamento da companhia proporciona aos mesmos a oportunidade de realizarem cursos superiores moldados às necessidades e operações da concessionária, com educação contínua nas áreas de qualidade total, de segurança, de gestão e de extensão universitária.

Dimensão Econômica Financeira

Receita Operacional Bruta

- A Receita de fornecimento de Energia Elétrica faturada, a Não faturada e a disponibilização do Sistema de Distribuição (Consumidores Livres) em 2016, totalizou R\$ 172.705.780 contra R\$ 208.483.507 em 2015, representando um decréscimo de -17,16% comparando um ano para outro. Este decréscimo foi em função do reajuste médio negativo de -16,30% ocorrido em Junho/2016 e da migração de alguns grandes consumidores industriais e comerciais para o mercado livre.

- Em Outras Receitas, temos os valores registrados de Subvenções da CDE, Subvenções s/Descontos nas tarifas do Serviço Público e Subsídio da classe Baixa Renda, que somaram em 2016, R\$ 5.211.690. As demais receitas totalizaram R\$ 4.311.074.

- Outros valores contabilizados na totalização das Receitas Operacionais bruta, foram a transferência para Obrigações Especiais dos valores de Ultrapassagem da Demanda e Excedente de Reativos que deduziram o valor total de R\$ 749.961 e da composição dos Ativos e Passivos regulatórios que acresceram na Receita o valor de R\$ 3.232.038.

A partir de Dezembro de 2014, foram transferidos para o Município, todos os ativos referentes ao sistema de Iluminação Pública conforme determinado pela Resolução nº 414/2010, artigo 218/Aneel.

A transferência foi efetuada sem ônus para o Município.

Receita Bruta de Energia Elétrica – faturada

Classes	Receita (R\$)		
	2016	2015	2014
Residencial	59.811.747	60.527.697	36.476.977
Industrial	59.623.512	89.601.005	47.669.116
Comercial	33.623.418	40.074.938	19.543.658
Rural	3.376.897	3.073.904	1.380.301
Poder Público	2.905.771	3.228.361	1.963.139
Iluminação pública	5.789.643	5.873.538	3.249.894
Serviço Público	3.638.681	4.270.197	1.986.979
SOMA	168.769.670	206.649.639	112.270.064
Energia Não Faturada	(368.773)	1.675.337	575.267
TOTAL	168.400.897	208.324.977	112.845.331

Disponibilização do Sistema de Distribuição – Consumidores livres – Uso do Fio

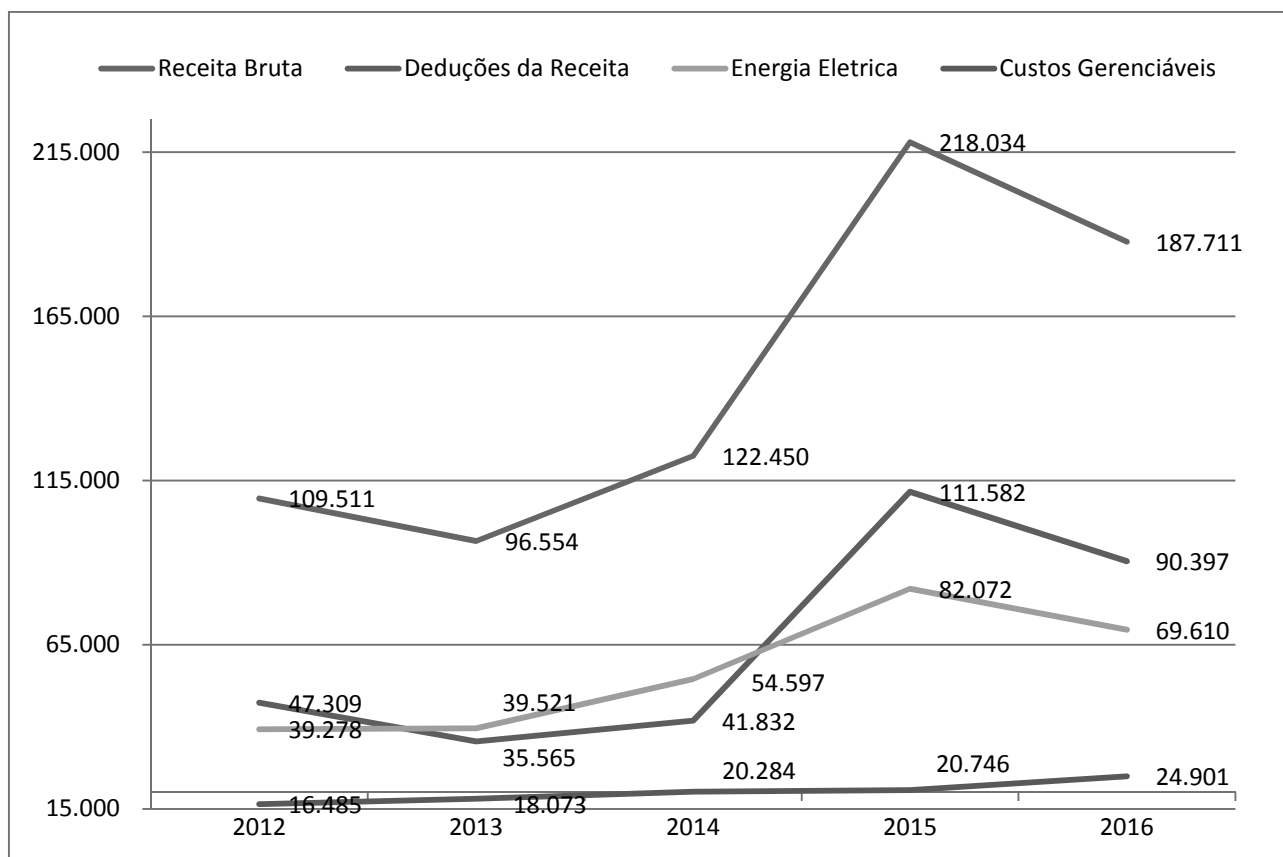
	2016	2015	2014
TOTAL	7.304.882	-	-

Outras Receitas	2016	2015	2014
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas:			
Subsidio Baixa Renda	555.047	642.136	551.570
Subvenção CDE	1.934.985	2.036.043	5.617.699
Subvenção s/Desconto na Tarifa Serviço Público/Rural	1.724.866	4.494.159	1.158.086
Subsidio s/Desconto no Fio – Consumidor Livre	996.792	-	-
Serviços Cobráveis	939.295	831.965	674.296
Arrendamento e alugueis	1.275.163	1.023.501	859.579
Manutenção Iluminação Pública	1.505.657	998.518	916.512
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	3.232.038	217.585	164.365
Transferência da Ultrapassagem de Demanda e Reativos	(749.961)	(773.923)	(640.957)
Outras Receitas	590.959	236.472	305.229
TOTAL	12.004.841	9.709.456	9.604.379
RECEITA TOTAL BRUTA	187.710.620	218.034.433	122.449.710

Deduções da Receita	2016	2015	2014
Encargos do Consumidor:			
RGR – Cota de Reserva Legal	-	-	8.095
CCC – Conta de consumo de Combustível	-	-	33.222
CDE – Conta de desenvolvimento Energético	12.724.229	17.188.000	1.179.199
Programa de Eficiência Energética	434.593	488.304	375.363
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	434.593	488.304	375.363
Bandeiras tarifárias	2.842.622	14.242.776	-
Contas ACR – CCEE	7.311.087	4.124.278	-
Taxa de fiscalização	115.608	113.595	109.957
TOTAL	23.862.732	36.645.257	2.081.199
Impostos e Contribuições:			
Icms	49.747.611	54.715.567	28.903.921
Cofins	13.792.447	16.614.112	8.912.672
Pis/Pasep	2.994.413	3.607.011	1.934.447
TOTAL	66.534.471	74.936.690	39.751.040
TOTAL DAS DEDUÇÕES	90.397.203	111.581.947	41.832.239

Custo com Serviço de Energia Elétrica	2016	2015	2014
Compra de Energia para Revenda	67.588.352	83.713.585	55.806.845
Encargos do Uso do Sistema	8.262.116	6.998.358	4.437.696
Proinfa	2.567.999	1.942.756	1.935.721
Bolha Financeira – Resol. 243/06	2.288.094	953.313	814.484
Conta de Compens.Var.Parc."A" – CVA	(3.631.061)	(2.876.384)	(2.570.921)
Crédito de Cofins/Pis/Pasep	(7.465.357)	(8.658.744)	(5.827.014)
T O T A L	69.610.143	82.072.884	54.596.811

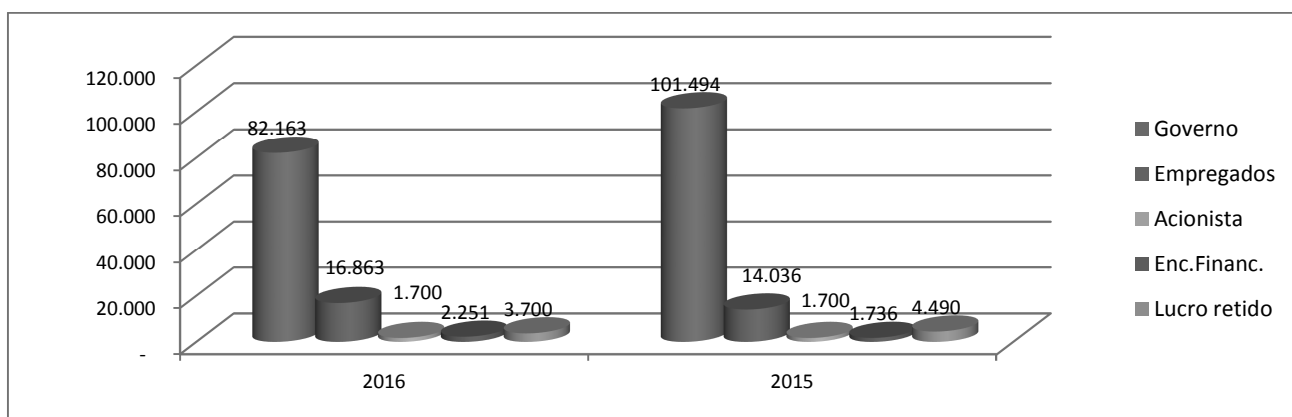
Custos Operacionais – Gerenciáveis	2016	2015	2014
Pessoal	14.181.529	12.389.831	11.905.952
Material	1.475.647	1.806.609	1.276.165
Serviço de Terceiros	5.578.418	3.313.102	3.590.232
Arrendamento e alugueis	218.452	176.613	109.534
Seguros	51.714	114.607	106.415
Doações, Contribuições e Subvenções	6.000	17.500	195.594
Custo Serv.Prest.a terceiros-Lig Legal	-	62.510	176.241
Depreciação	2.424.741	2.148.803	2.265.839
Outras despesas operacionais	963.855	715.934	657.897
T O T A L	24.900.356	20.745.509	20.283.869



Resultado Financeiro	2016	2015	2014
Renda de aplicações financeiras	959.743	215.098	184.897
Varição Monet. e Acrésc. Moratórios – Energia Vendida	2.772.528	2.932.482	1.324.119
Tributos s/Receita Financeira	(229.193)	(86.479)	-
Outras Receitas Financeiras	1.532.313	315.703	206.474
Juros s/Capital próprio	(1.700.000)	(1.700.000)	(1.250.000)
Outras Despesas Financeiras	(2.250.937)	(1.737.144)	(650.501)
T O T A L	1.084.454	(60.340)	(185.011)

Valor Adicionado

Distribuição do Valor Adicionado (em R\$ mil)

**LAJIDA ou EBITDA**

Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou 5,2 milhões e margem de 5,4% em 2016, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2016	2015	2014
Resultado das Atividades	2.803	3.634	5.922
Depreciação e Amortização	2.425	2.149	2.266
Lajida/Ebitda	5.228	5.783	8.188
Receita Operacional Líquida	97.314	106.452	75.073
Margem do Ebitda - % (Ebitda / ROL)	5,37%	5,43%	10,91%

Indicadores econômicos

Índice/coeficiente	Fórmula	2016	2015	2014
Liquidez imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	R\$ 0,18	R\$ 0,17	R\$ 0,12
Liquidez corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	R\$ 1,20	R\$ 1,19	R\$ 1,20
Liquidez geral	$\frac{\text{Ativo Circ. + Realizável L.P.}}{\text{Passivo Circ. + Exigível L.P.}}$	R\$ 1,16	R\$ 1,09	R\$ 1,15
Endividamento Total	$\frac{\text{Exigibilidades totais}}{\text{Ativo Total}}$	R\$ 0,35	R\$ 0,45	R\$ 0,34
Retorno do Capital	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	11,9%	9,3%	14,3%
Razão Operacional	$\frac{\text{Despesa Operacional}}{\text{Receita Líquida}}$	0,97	0,97	0,92
Capital Fixo Aplicado	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Ativo Total}}$	0,60	0,51	0,61
Desp.Pessoal/Rec.Líquida	$\frac{\text{Despesa Pessoal}}{\text{Receita Líquida}}$	14,6%	11,6%	15,9%
Energia Comprada/Rec.Líquida	$\frac{\text{Custo Energia}}{\text{Receita Líquida}}$	71,5%	77,1%	65,0%
Capital de Giro	Ativo Circulante – Passivo Circulante	R\$ 6.298.753	R\$ 6.831.181	R\$ 3.943,611
Lucro Líquido	-	R\$ 3.822.890	R\$ 4.290.220	R\$ 5.250.050
EBITDA	Lucro Exercício + Depreciação	R\$ 5.227.661	R\$ 5.782.895	R\$ 8.188.249

BALANÇO SOCIAL

1. Base de Cálculo	2016 – Valor (R\$ mil)			2015 – Valor (R\$ mil)		
Receita Líquida	97.314			106.452		
Lucro Operacional	3.823			4.291		
Folha de Pagamento Bruta	14.182			12.389		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL
Alimentação	1.296	9,1%	1,3%	1.160	9,4%	1,1%
Encargos Sociais Compulsórios sem diretoria	3.172	22,4%	3,3%	2.870	23,2%	2,7%
Previdência privada	36	0,2%	0,0%	31	0,2%	0,0%
Saúde	687	4,8%	0,7%	610	4,9%	0,6%
Segurança e Medicina no Trabalho	122	0,9%	0,1%	96	0,8%	0,1%
Educação	67	0,5%	0,1%	83	0,7%	0,1%
Cultura	10	0,1%	0,0%	-	-	-
Capacitação e Desenv.Profissional	58	0,4%	0,1%	19	0,2%	0,0%
Creches ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	666	4,7%	0,7%	593	4,8%	0,6%
Outros	-	-	-	-	-	-
Total – Indicadores sociais internos	6.114	43,1%	6,3%	5.462	44,1%	5,3%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$)	%sobre LO	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre LO	%sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa “Luz Para Todos”	-	-	-	-	-	-
Programa de pesquisa e eficiência energética	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	-	-	-	-	-	-
Tributos (excluídos os encargos sociais)	82.163		84,4%	101.494		95,3%
Total – Indicadores Sociais Externos	88.277		90,7%	106.956		100,0%

	2016	2015
4) Indicadores do Corpo Funcional	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	121	118
Nº de empregados terceirizados	51	46
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	48	43
2º Grau	56	52
1º Grau	17	23
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	16	20
De 30 até 45 anos (exclusive)	47	47
Acima de 45 anos	58	51
Admissões durante o período	20	4
Demissões durante o período	10	3
N.º de mulheres que trabalham na empresa	26	25
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	31,3%	31,3%
Estagiários	8	5
Menor Aprendiz	5	5

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2016			2015		
Relação entre a maior e a menor remuneração	7,4			7,8		
Nº total de acidentes de trabalho	3			8		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
A previdência privada contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
A Participação nos lucros ou resultados contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	() Não são considerados	(X) São sugeridos	() São exigidos	() Não são considerados	(X) São sugeridos	() São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva

AGRADECIMENTOS

A COCEL agradece aos seus acionistas, em especial a colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2016.

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2016.

Marcus Preis
Diretor Presidente

Cassiano Henrique Pianaro
Diretor Técnico

Marcelo Rubens Krayevski
Diretor Econômico/Financeiro

Adriano Huber Junior
Diretor Jurídico

Carlos Alberto de Andrade
Diretor Administrativo

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Balço Patrimonial dos exercícos encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

ATIVO	2016	2015
Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.679	6.124
Consumidores	13.831	24.660
Serviços em Curso	1.446	895
Tributos Compensáveis	469	224
Almoxarifado Operacional	1.143	1.308
Despesas Pagas Antecipadamente	30	26
Ativos Regulatórios	11.375	8.021
Subsídios Tarifários e Redução Tarifária Equilibrada	1.125	1.622
Outros Ativos Circulantes	2.128	562
	37.226	43.442
Não Circulante		
Tributos Compensáveis	534	315
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	195	195
Ativos Financeiros Setoriais	1.705	3.675
Outros Ativos Não Circulantes	-	-
	2.434	4.185
Investimentos	-	287
Imobilizado em Serviço	54.583	44.864
Imobilizado em Curso	3.946	4.613
Intangível em Serviço	207	172
	58.736	49.936
	61.170	54.121
Total do Ativo	98.396	97.563

Balço Patrimonial dos exercícos encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

PASSIVO	2016	2015
Circulante		
Fornecedores	6.452	11.530
Empréstimos, financiamentos e debentures	1.953	2.004
Obrigações sociais e trabalhistas	2.293	1.985
Tributos	2.520	4.299
Provisão para litígios	-	27
Dividendos e juros sobre o Capital Próprio	895	1.701
Encargos setoriais	7.588	7.203
Passivos regulatórios	8.095	7.151
Outros Passivos Circulantes	1.131	710
	30.927	36.610
Não Circulante		
Empréstimos, financiamentos e debentures	1.657	3.584
Passivos financeiros setoriais	1.705	3.675
Obrigações especiais	29.843	7.711
	33.205	14.970
Patrimônio Líquido		
Capital Social	39.000	38.000
Reservas de Capital	11.124	10.001
Reserva de Reavaliação e Ajustes Patrimoniais	(15.860)	(2.018)
	34.264	45.983
Total do Passivo	98.396	97.563

Demonstrativo de Resultado dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	2016	2015
Receita Operacional		Reclassificado
Fornecimento de Energia Elétrica	168.401	208.325
Disponibilização dos Sistema de Distribuição	7.305	-
Ativos e Passivos Regulatórios	3.232	218
Doações, Contrib.Subvenções Vinculadas ao Serv.Concedido	5.212	7.172
Transferência da Ultrapassagem de demanda e reativos	(750)	(774)
Outras Receitas	4.311	3.093
	187.711	218.034
Deduções da Receita Operacional		
Tributos		
ICMS	(49.747)	(54.716)
Cofins/Pasep s/Vendas	(16.787)	(20.221)
Encargos Parcela "A"		
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(12.724)	(17.188)
CDE - Conta ACR	(7.311)	(4.124)
TFSEE - Taxa de Fiscalização	(116)	(113)
Pesquisa e Desenvolvimento/Eficiência Energética	(869)	(977)
Conta Centralizadora dos Rec.das Bandeiras Tarif.	(2.843)	(14.243)
	(90.397)	(111.582)
Receita Operacional Líquida	97.314	106.452
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		
Energia elétrica comprada para revenda	(66.978)	(75.724)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(2.632)	(6.348)
	(69.610)	(82.072)
Resultado antes dos Custos gerenciáveis	27.704	24.380
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		
Pessoal e Administradores	(14.182)	(12.389)
Material	(1.476)	(1.807)
Serviço de Terceiros	(5.578)	(3.313)
Arrendamento e alugueis	(218)	(174)
Seguros	(52)	(115)
Doações, Contribuições e Subvenções	(6)	(17)
Provisões	(203)	(106)
(-) Recuperação de despesas	86	113
Tributos	(87)	(148)
Depreciação e amortização	(2.425)	(2.149)
Gastos diversos	(760)	(641)
	(24.901)	(20.746)
Resultado da Atividade de Concessão	2.803	3.634
Resultado Financeiro		
Despesas financeiras	(3.951)	(3.437)
Receitas financeiras	5.035	3.377
	1.084	(60)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	3.887	3.574
Imposto de renda PJ/Contribuição Social s/Lucro Líquido	(1.099)	(390)
Participações nos Lucros	(665)	(593)
Reversão dos juros s/Capital Próprio	1.700	1.700
Lucro Líquido do Exercício	3.823	4.291

Demonstrativo de Fluxo de Caixa encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	2016	2015
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	3.823	4.291
Despesas/Receitas que não afetam o Caixa:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	230	94
Depreciação e Amortização de investimentos	3.247	3.001
Baixas do imobilizado em serviço	428	394
Variação VNR no imobilizado	(7.492)	(2.689)
Transf.VNR Patrimônio líquido	(13.842)	2.689
Provisão no Passivo Circulante	(27)	(173)
Provisão no Passivo Não Circulante	-	-
	(13.633)	7.607
Variações no Ativo Circulante		
Consumidores e Revendedores	10.600	(11.876)
Serviços em curso	(552)	(503)
Tributos compensáveis	(245)	84
Almoxarifado operacional	165	(341)
Ativos regulatórios - Parcela "A" - Cva	(3.355)	(4.131)
Despesas pagas antecipadamente	(4)	57
Subsídios tarifários e Redução da tarifa equilibrada	498	421
Outros ativos circulantes	(1.567)	285
	5.540	(16.004)
Variação no Passivo Circulante		
Fornecedores	(5.078)	3.577
Obrigações sociais e trabalhistas	308	453
Tributos e contribuições sociais	(1.779)	620
Dividendos declarados e Juros s/Capital próprio	(806)	705
Encargos setoriais	385	3.198
Passivos regulatórios - Parcela "A" - Cva	944	7.093
Outros passivos circulantes	420	(393)
	(5.606)	15.253
Aplicações no Ativo Não Circulante		
Tributos compensáveis	(219)	(40)
Depósitos judiciais e cauções	-	228
Ativo financeiro Resolução nº 243/06	1.970	529
Outros ativos não circulantes	280	-
	2.031	717
Aplicações no Passivo Não Circulante		
Passivo financeiro Resolução nº 243/06	(1.970)	(529)
	(1.970)	(529)
Total das atividades operacionais	(13.638)	7.044
Aplicações no imobilizado	(5.268)	(6.726)
Contribuição do consumidor	323	333
Variação VNR em Obrigações Especiais	21.334	-
Depreciação/Amortização - Obrigações especiais	(274)	(288)
Transferencia Ultrapassagem demanda e reativos	750	774
Participações societárias	5	-
	16.870	(5.907)
Atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos obtidos	-	5.000
Amortização de empréstimos	(2.004)	(715)
Juros sobre financiamentos	26	42
Juros sobre o capital próprio	(1.700)	(1.700)
	(3.678)	2.627
Total de efeitos no caixa		
Saldo inicial do caixa	6.124	2.360
Saldo final do caixa	5.678	6.124
Variação no caixa	(446)	3.764

Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercício encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Recusos destinados a Aumento de Capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	37.000	2.167	(4.707)	6.243	-	-	40.703
Aumento de Capital conforme 115ª AGE e 48ª AGO de 30/04/2015							
- Com Reservas	1.000		-	(1.000)			-
- Com Lucros acumulados							
Reserva de Reavaliação			2.689				2.689
Lucro líquido de exercício					4.291		4.291
Destinação do Lucro proposta a AGO							
- Reserva legal		310			(310)		-
- Reserva de retenção de lucro				2.281	(2.281)		-
Juros s/Capital Próprio					(1.700)		(1.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	38.000	2.477	(2.018)	7.524	-	-	45.983
Aumento de Capital conforme 120ª AGE e 49ª AGO de 02/05/2016							
- Com Reservas	1.000		-	(1.000)			-
- Com Lucros acumulados							
Reserva de Reavaliação			(13.842)				(13.842)
Lucro líquido de exercício					3.823		3.823
Destinação do Lucro proposta a AGO							
- Reserva legal		270			(270)		-
- Reserva de retenção de lucro				1.853	(1.853)		-
Juros s/Capital Próprio					(1.700)		(1.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	39.000	2.747	(15.860)	8.377	-	-	34.264

Companhia Campolarguense de Energia - Cocel
CNPJ: 75.805.895/0001-30

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionada acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa por apresentar diferenças de valores pela aplicação

diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

3.1 Regulatórias:

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Em nossas demonstrações contábeis, a Cocol não apresentou as Demonstrações dos Resultados Abrangentes por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente.

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalentes aos custos incorridos, serão faturados e cobrados, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de dezembro de 2016. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2016 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL e foi registrada de acordo com os montantes homologados pela ANEEL conforme Resolução Homologatória nº 2104 de 28 de Junho de 2016.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada.

A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se o cálculo através da média histórica dos três últimos meses de faturamento. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

A composição da Contas a Receber estão apresentadas como segue:

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES						VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2016	TOTAL 2015	
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA			Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		Mais de 360 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias				Mais de 60 dias
Fornecimento de Energia	9.474	-	2.267	71	120	1.503	(822)	337	131	468	183	(246)	13.486	4.012
- Residencial	2.134	-	1.455	48	89	993	(438)	187	43	125	96	(116)	4.616	2.482
- Industrial	527	-	534	10	12	201	(116)	38	13	255	35	(85)	1.424	897
- Comercial	906	-	182	13	18	247	(266)	108	73	88	43	(43)	1.369	463
- Rural	114	-	67	-	-	2	(2)	4	2	-	9	(2)	195	81
- Poderes Públicos	180	-	21	-	1	60	-	-	-	-	-	-	261	81
- Iluminação Pública	457	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	457	-
- Serviço Público	260	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	268	8
- Serviço Taxado	337	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	337	-
- Fornecimento Não Faturado	4.559	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.559	-
- (-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	9.474	-	2.267	71	120	1.503	(822)	337	131	468	183	(246)	13.486	4.012

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados e está em conformidade com as Instruções da ANEEL a seguir resumidas:

- Clientes com débitos relevantes (grandes clientes): análise individual de saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.
- Para os demais casos: (a) Consumidores residenciais - vencidos há mais de 90 dias; (b)

consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias e (c) consumidores industriais, rurais, poder público, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais de 360 dias.

5. Imobilizado

5.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Aduoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	92.524	5.581	(1.336)	-	21.738	118.507	4.245	(65.662)	52.845	43.575	(28.702)	2.122	(26.580)
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	92.461	4.225	(1.336)	-	21.732	117.082	2.889	(65.561)	51.521	43.561	(28.702)	2.122	(26.580)
Veículos	63	1.356	-	-	6	1.425	1.356	(101)	1.324	14	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	4.270	355	(45)	-	868	5.448	310	(3.803)	1.645	1.279	-	-	-
Terrenos	832	-	(21)	-	263	1.074	(21)	-	1.074	832	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.407	281	-	-	464	2.152	281	(2.001)	151	25	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.429	42	(24)	-	(225)	1.222	18	(1.021)	201	281	-	-	-
Veículos	70	-	-	-	5	75	-	(64)	11	13	-	-	-
Móveis e Utensílios	532	32	-	-	361	925	32	(717)	208	128	-	-	-
Comercialização	11	-	-	89	13	113	89	(20)	93	11	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	89	13	102	89	(19)	83	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	11	-	-	-	-	11	-	(1)	10	11	-	-	-
Subtotal	96.805	5.936	(1.381)	89	22.619	124.068	4.644	(69.485)	54.583	44.865	(28.702)	2.122	(26.580)
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	4.613	7.629	-	(8.300)	-	3.942	(671)	-	3.942	4.612	(3.264)	-	(3.264)
Máquinas e Equipamentos	4.613	6.273	-	(6.944)	-	3.942	(671)	-	3.942	4.612	(3.264)	-	(3.264)
Outros	-	1.356	-	(1.356)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	4	-	-	-	4	4	-	4	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	4	-	-	-	4	4	-	4	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	4.613	7.633	-	(8.300)	-	3.946	(667)	-	3.946	4.612	(3.264)	-	(3.264)
Total do Ativo Imobilizado	101.418	13.569	(1.381)	(8.211)	22.619	128.014	3.977	(69.485)	58.529	49.477	(31.966)	2.122	(29.844)

5.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti-zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	108	-	-	-	38	146	-	(141)	5	63
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	108	-	-	-	38	146	-	(141)	5	63
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	1.491	-	-	-	402	1.893	-	(1.690)	203	109
Softw ares	1.490	-	-	-	402	1.892	-	(1.690)	202	109
Outros	1	-	-	-	-	1	-	-	1	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.599	-	-	-	440	2.039	-	(1.831)	208	172
Ativo Intangível em Curso										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	1.599	-	-	-	440	2.039	-	(1.831)	208	172

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	74.525	4.225	(1.336)	-	39.616	117.030	2.889
Transformador de Distribuição	14.719	1.126	(424)	-	7.690	23.111	702
Medidor	9.324	398	(375)	-	4.826	14.173	23
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	28.171	1.920	(424)	-	16.812	46.479	1.496
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	14.206	748	(113)	-	6.422	21.263	635
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	4.976	-	-	-	2.695	7.671	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	3.129	33	-	-	1.171	4.333	33

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2016			2015
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração		-	-	-	-
Custo Histórico				-	
Correção Monetária Especial				-	
Reavaliação				-	
Transmissão		-	-	-	-
Custo Histórico				-	
Correção Monetária Especial				-	
Reavaliação				-	
Distribuição		118.506	(65.661)	52.845	43.575
Custo Histórico	4,01%	78.882	(30.484)	48.398	46.228
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		39.624	(35.177)	4.447	(2.653)
Administração		5.449	(3.803)	1.646	1.278
Custo Histórico	5,20%	2.713	(1.977)	736	655
Correção Monetária Especial				-	
Reavaliação		2.736	(1.826)	910	623
Comercialização		113	(21)	92	11
Custo Histórico	4,71%	100	(18)	82	11
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		13	(3)	10	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
Custo Histórico				-	
Correção Monetária Especial				-	
Reavaliação				-	
		124.068	(69.485)	54.583	44.864
Em Curso - R\$ Mil					
Geração		-	-	-	-
Transmissão		-	-	-	-
Distribuição		3.942	-	3.942	4.613
Administração		4	-	4	-
Comercialização		-	-	-	-
Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
		3.946	-	3.946	4.613
		128.014	(69.485)	58.529	49.477

A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação / Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.978	1.200	376	-	-	-	3.554
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.715	-	-	-	-	-	1.715
Total das Adições	3.693	1.200	376	-	-	-	5.269

Nota: A Cotel não executou nenhuma reavaliação de elementos de ativos imobilizados, nas contas do imobilizado em curso.

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11/08/2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação %
Distribuição	
Banco de capacitores	6,67%
Chave de distribuição	6,67%
Condutores	3,57%
Estrutura do sistema (postes)	3,57%
Regulador de Tensão	4,35%
Transformador	4,00%
Administração	
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Equipamento de Informática	16,67%
Veículos	14,29%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de junho de 2015 a maio de 2016, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último processo tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da Parcela “A” foi iniciada em 01 de junho de 2016, logo após o final da vigência da RTP, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTP continuou em vigor para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

ii) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

Foi homologado o resultado da quarta Revisão Periódica – RTP através da Resolução Homologatória nº 2.104 de 28 de Junho de 2016, com o reposicionamento tarifário com financeiros de -14,40% (quatorze vírgula quarenta por cento negativo), sendo -15,52% (quinze vírgula cinquenta e dois por cento negativo) referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 1,12% (um vírgula doze por cento) relativo aos componentes financeiros.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	6.950	11.736	(12.078)	1.295	-	7.903	3.125	4.778	7.903	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	5.397	9.177	(8.794)	845	-	6.625	1.847	4.778	6.625	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	60	289	(213)	15	-	151	151	-	151	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	1.493	2.270	(3.071)	435	-	1.127	1.127	-	1.127	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1.071	3.335	(970)	43	(27)	3.452	103	3.369	3.472	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	244	3.335	(143)	43	(27)	3.452	103	3.369	3.472	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	827	-	(827)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	8.021	15.071	(13.048)	1.338	(27)	11.355	3.228	8.147	11.375	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(13)	(2.374)	859	(59)	-	(1.587)	(1.566)	(21)	(1.587)	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	(1.294)	761	(10)	-	(543)	(543)	-	(543)	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	(13)	(21)	13	-	-	(21)	-	(21)	(21)	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	(1.059)	85	(49)	-	(1.023)	(1.023)	-	(1.023)	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(7.138)	(9.308)	10.233	(413)	119	(6.507)	(6.136)	(371)	(6.507)	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	(47)	-	21	(1)	27	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias - bandeiras	(5.470)	(2.844)	4.820	(412)	92	(3.814)	(3.443)	(371)	(3.814)	-
Outros	(1.621)	(6.464)	5.392	-	-	(2.693)	(2.693)	-	(2.693)	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	(7.151)	(11.682)	11.092	(472)	119	(8.094)	(7.702)	(392)	(8.094)	-

7. Empréstimos e Financiamentos

A Coel possui os seguintes empréstimos e financiamentos:

ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO														Atividade: CONSOLIDADO DAS ATIVIDADES								
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Indevidado ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgio Juros	Frequência	Data Próximo Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Observações		
														2018	2019	2020	2021	2022	2022+		Total	
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.412	162	-	-	-	-	1.574	-	
Betrobrás LPT Contrato nº 116/2005	-	98	-	98	sim	-	-	31/01/2017	mensal	31/01/2017	31/12/2017	mensal	sac	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Betrobrás LPT Contrato nº 182/2007	-	60	100	160	sim	-	-	31/01/2017	mensal	31/01/2017	30/11/2019	mensal	sac	60	60	-	-	-	-	-	120	-
Betrobrás LPT Contrato nº 212/2008	-	102	306	408	sim	-	-	31/01/2017	mensal	31/01/2017	31/12/2020	mensal	sac	102	102	-	-	-	-	-	204	-
Caixa Econômica Federal	-	1.693	1.250	2.943	sim	-	-	16/01/2016	mensal	16/01/2017	14/09/2018	mensal	sac	1.250	-	-	-	-	-	-	1.250	-

7.1 Abertura dos Ativos Financeiros:

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?
Ativos Financeiros	-	5.679	-	6.124	
Caixa e Aplicações Financeiras	-	5.679	-	6.124	SIM
Saldo Final de Caixa - Conta 1101		1.171		1.171	
Aplic. Financ. CDB				-	
Aplic. Financ. Fundos DI				-	
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.		4.508		4.508	
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01				-	
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 02				-	
Mútuos Ativos	-	-	-	-	
Mútuo 01				-	
Mútuo 02				-	

7.2 Abertura dos Instrumentos Derivativos:

A Cotel não possui instrumentos derivativos.

8. Provisões para Litígios

A Cotel não possui Provisões para Litígios.

9. Obrigações Vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		(7.369)	-	(29.970)	(37.339)
Participação da União, Estados e Municípios	3,79%	(118)	-	(480) [¶]	(598)
Participação Financeira do Consumidor	3,76%	(4.880)	-	(19.847) [¶]	(24.727)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0,00%	-	-	- [¶]	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00%	-	-	- [¶]	-
Pesquisa e Desenvolvimento	0,00%	-	-	- [¶]	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	3,78%	(2.371)	-	(9.643) [¶]	(12.014)
Outros		-	-	- [¶]	-
Ultrapassagem de demanda	0,00%	-	-	- [¶]	-
Excedente de reativos	0,00%	-	-	- [¶]	-
Diferença das perdas regulatórias	0,00%	-	-	- [¶]	-
Outros	0,00%	-	-	- [¶]	-
(-) Amortização Acumulada - AIS		2.123	-	8.636	10.759
Participação da União, Estados e Municípios	0,00%	12	-	49 [¶]	61
Participação Financeira do Consumidor	0,00%	1.678	-	6.825 [¶]	8.503
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0,00%	-	-	- [¶]	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00%	-	-	- [¶]	-
Pesquisa e Desenvolvimento	0,00%	-	-	- [¶]	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	0,00%	433	-	1.762 [¶]	2.195
Outros		-	-	- [¶]	-
Ultrapassagem de demanda	0,00%	-	-	- [¶]	-
Excedente de reativos	0,00%	-	-	- [¶]	-
Diferença das perdas regulatórias	0,00%	-	-	- [¶]	-
Outros	0,00%	-	-	- [¶]	-
Total	3,73%	(5.246)	-	(21.334)	(26.580)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
Em curso	(152)	(353)	-	250	-	(255)	(103)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(14)	(121)	-	22	-	(113)	(99)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	(138)	(232)	-	228	-	(142)	(4)
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(2.259)	(750)	-	-	-	(3.009)	(750)
Ultrapassagem de demanda	(497)	(585)	-	-	-	(1.082)	(585)
Excedente de reativos	(1.762)	(165)	-	-	-	(1.927)	(165)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total	(2.411)	(1.103)	-	250	-	(3.264)	(853)

10. Patrimônio Líquido

Capital Social

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2016	2015
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Reserva de Capital

A reserva de capital é formada basicamente pela remuneração do capital próprio aplicado em imobilização em curso e em bens para uso futuro nos serviços concedidos.

Reserva de Lucros

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

11. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fornecimento - Faturado	50.814	48.404	251.731	311.715	168.770	206.650
Residencial	44.702	42.762	78.448	79.741	59.812	60.528
Industrial	579	511	94.352	142.238	59.623	89.601
Comercial	3.369	3.097	47.655	57.941	33.623	40.075
Rural	1.852	1.745	7.155	7.212	3.377	3.074
Poder público	227	212	3.986	4.249	2.906	3.228
Iluminação pública	1	1	13.728	13.404	5.790	5.874
Serviço público	84	76	6.407	6.930	3.639	4.270
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	9	-	47.269	-	7.305	-
Consumidores Cativos	-	-	-	-	-	-
Consumidores Livres	9	-	47.269	-	7.305	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências	-	-	-	-	(750)	(774)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(165)	(123)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(585)	(651)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias	-	-	-	-	-	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					(369)	1.675
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	3.232	159
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	-	-
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	4.311	3.093
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	5.212	7.172
Total	50.823	48.404	299.000	311.715	187.711	217.975

12. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2016	2015
Pessoal	13.278	11.428
Remuneração	8.530	7.410
Encargos	3.172	2.870
Previdência privada	36	32
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	687	582
Programa de demissão voluntária	-	150
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	666	593
(-) Transferência p/ordens em curso	(1.182)	(1.464)
Outros	1.369	1.255
Administradores	1.570	1.555
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.529	1.521
Benefícios dos administradores	41	34
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	14.848	12.983

13. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2016	2015
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	5.464	5.475
Efeitos sobre:		
Participação nos resultados	(591)	(548)
Juros sobre o Capital próprio	-	-
Provisões	-	143
Reversão das provisões	(27)	(200)
Reversão da CVA provisionada	(1.582)	(3.634)
Outras adições	-	-
Outras exclusões	-	-
	3.264	1.236
Provisão do Imposto de renda e contribuição social	1.099	390
	20,1 %	7,1 %

Nota: A Cocol adota o resultado societário para cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

14. Revisão e Reajuste Tarifário

Revisão Tarifária

A revisão tarifária está estabelecida no contrato de concessão e é realizada a cada quatro anos. São analisadas todas as receitas e despesas e também efetuada a reavaliação dos ativos necessários para a prestação dos serviços de energia elétrica. Após estas análises são definidas as novas tarifas.

14.1 Revisão Extraordinária – Janeiro/2013

Resolução Homologatória nº 1.465, De 24 De Janeiro de 2013.

As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam a revisão tarifária extraordinária e os componentes financeiros pertinentes definidos no processo nº 48500.005370/2011– 90 estarão em vigor no período de 24 de janeiro de 2013 a 23 de junho de 2013.

Conforme Nota Técnica 15/2013-SER/ANEEL, os resultados obtidos da revisão extraordinária atingiram uma redução de 18,41% para a Cocol.

A partir do mês de fevereiro, a Cocol ficou isenta de pagamento da quota anual da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC.

Foi fixado o valor mensal de R\$ 374.513,24 (trezentos e setenta e quatro mil, quinhentos e treze reais e vinte e quatro centavos), a ser repassado pela Eletrobrás à Cocol a partir de fevereiro de 2013, até o dia 10 do mês subsequente, referente ao equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, conforme previsto no art. 13, inciso VIII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 4º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

14.2 Reajuste tarifário anual – 2013/2014

Resolução Homologatória nº 1.566, De 9 De Julho de 2013.

As tarifas da base econômica da Cotel, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.465, de 24 de janeiro de 2013, ficam, em média, reajustadas em 2,32% (dois vírgula trinta e dois por cento), sendo 8,01% (oito vírgula zero um por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e -5,69% (cinco vírgula sessenta e nove por cento negativos) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

14.3 Reajuste tarifário anual – 2014/2015

Resolução Homologatória nº 1764, De 22 de Julho de 2014.

Por proposição da Cotel, ficou autorizado pela Aneel, em caráter excepcional, o diferimento parcial do reajuste o valor de R\$ 1.906.834,08 a ser considerado como componente financeiro no cálculo dos próximos processos tarifários.

Em decorrência do diferimento, o índice de reajuste tarifário anual médio ficou em 20,45%, com efeito médio a ser percebido pelos consumidores em relação as tarifas vigentes de 27,27%.

14.4 Revisão tarifária Extraordinária

Resolução Homologatória nº 1858, de 27 de fevereiro de 2015.

Homologa os resultados da revisão tarifária extraordinária das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, fixa as Tarifas de Energia – TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSDs.

As tarifas de aplicação da Cotel, constantes da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, ficam, em média, reajustadas em 19,86% (dezenove vírgula oitenta e seis por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

14.5 Reajuste tarifário anual – 2015/2016

Resolução Homologatória nº 1898, De 16 de Junho de 2015.

Foi homologado o Índice de Reajuste Tarifário Anual - IRT de 55,18% (cinquenta e cinco vírgula dezoito por cento), sendo 51,78% (cinquenta e um vírgula setenta e oito por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 3,40% (três vírgula quarenta por cento) relativos aos componentes financeiros.

15. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no quarto ciclo de revisão tarifária (4CRTP) deve ser “blindada”. Entendem-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;

- b) As inclusões entre as datas-bases do terceiro ciclo e da atual revisão tarifária, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases do terceiro ciclo e da atual revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da atual revisão tarifária;
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária;

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

As tabelas a seguir resumem o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	114.189.464
(2) Índice de Aproveitamento Integral	4.048.868
(3) Obrigações Especiais Bruta	27.102.362
(4) Bens Totalmente Depreciados	25.708.742
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	57.329.492
(6) Depreciação Acumulada	65.510.738
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	48.678.726
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	1.984.408
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	46.694.318
(10) Almoarifado em Operação	732.003
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	21.334.050
(13) Terrenos e Servidões	151.407
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	26.243.678
(15) Saldo RGR PLPT	962.045
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4,01%
(18) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (17)	2.297.590
(19) Remuneração de Obrigações Especiais	580.189
(20) Remuneração do Capital	3.686.740

16. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis – CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	13.873.881
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	6.243.246
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	1.664.866
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	5.965.769
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	702.877
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	339.894
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	1.491.318
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	2.534.090

16.1. Ajuste da parcela "B" em função do índice de ajuste de mercado e do mecanismo de incentivo à melhoria da qualidade

Ao Custo de Administração, Operação e Manutenção - CAOM e ao Custo Anual dos Ativos - CAA é aplicado um fator de ajuste de mercado e um mecanismo de incentivo à qualidade.

O índice de ajuste de mercado, denominado de Fator de Ajuste de Mercado, considera os ganhos potenciais de produtividade entre o ano anterior à revisão tarifária, período de referência, e o período em que as tarifas definidas na revisão estarão vigentes, que são os doze meses posteriores à revisão.

O valor do Fator de Ajuste de Mercado (P_m) a ser aplicado na revisão tarifária periódica de cada concessionária no ajuste do Valor da Parcela B é definido a partir da produtividade média do setor de distribuição e do crescimento médio do mercado faturado e do número de unidades consumidoras da concessionária entre a atual revisão tarifária e a do 3CRTP.

O Fator de Ajuste de Mercado calculado para aplicação na atual revisão tarifária é de **1,12%**.

Para o cálculo do Mecanismo de Incentivo à Qualidade, é considerada a mesma metodologia de cálculo do Componente Q do Fator X.

Na aferição do nível de qualidade do serviço prestado são considerados os indicadores Duração Equivalente de Interrupção (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção (FEC). O mecanismo busca incentivar a melhoria contínua dos indicadores, além de observar o desempenho relativo entre as distribuidoras.

O valor do ajuste da Parcela B em função do mecanismo de incentivo à melhoria da qualidade depende do desempenho relativo das distribuidoras. Para definição do **Indicador de Qualidade do Serviço** de cada distribuidora são comparados, a cada ano civil, os indicadores apurados DEC e FEC, contra os limites definidos pela ANEEL.

A tabela a seguir resume o cálculo da Parcela B ajustada da revisão tarifária da concessionária.

Descrição	Valores
Custo de Administração, Operação e Manutenção (CAOM)	14.499.350
Custos Operacionais (CO)	14.417.499
Receitas Irrecuperáveis - Encargos Setoriais (Vi)	1.549
Demais Receitas Irrecuperáveis (Vse)	80.301
Custo Anual dos Ativos (CAA)	5.677.166
Remuneração do Capital (RC)	2.088.255
Quota de Reintegração Regulatória (QRR)	1.945.576
Custo anual das instalações móveis e imóveis (CAIMI)	1.643.335
Parcela B (VPB)	20.176.515
Índice de Produtividade da Parcela B	1,64%
Mecanismo de Incentivo à Qualidade	-
Parcela B com ajustes	19.844.966

16.2 Resultado da Revisão Tarifária

Em 28 de Junho de 2016, conforme a Resolução Homologatória nº 2.104/2016 - ANEEL, ocorreu a quarta Revisão Tarifária Periódica quando as tarifas foram reajustadas em média -14,40% (negativos), decorrente do Reposicionamento Tarifário - RT econômico de -15,52% (negativos) da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário, de 1,12%, e da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior.

Resumo da Revisão

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da COCEL é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribuiu para o reposicionamento tarifário apresentado:

	Variação	Participação na Revisão	Participação na Receita
PARCELA A (Encargos + Transmissão + Energia)	-18,38%	-15,09%	79,32%
Encargos Setoriais	-18,56%	-3,46%	17,96%
Taxa de Fiscalização de Serviços de E.E - TFSEE	-5,33%	0,00%	0,09%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-36,99%	-4,21%	8,48%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (Decr.7945/1	11,99%	0,00%	0,04%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (Conta ACR)	7,10%	0,35%	6,30%
PROINFA	38,62%	0,51%	2,18%
P&D, Efic.Energética e Ressarc.ICMS Sist.isol.	-13,99%	-0,12%	0,85%
Custos de Transmissão	7,99%	0,44%	6,97%
Uso do sistema de distribuição	7,99%	0,44%	6,97%
Custos de Aquisição de Energia	20,81%	-12,07%	54,39%
PARCELA B	-2,36%	-0,42%	20,68%
Custos Operacionais	-2,59%	-0,34%	15,05%
Anuidades	16,11%	0,25%	2,11%
Remuneração	32,93%	0,64%	3,07%
Depreciação	-11,08%	-0,20%	1,91%
Receitas Irrecuperáveis	-40,38%	-0,03%	0,05%
Outras Receitas	136,54%	-0,74%	-1,52%
RT considerado a variação da RTE		-15,52%	100,00%
Efeito dos Componentes Financeiros do Processo Atual		1,12%	
CVA em Processamento - Encargos Setoriais - Líquido do financeiro RTE		0,47%	
CVA em Processamento - Energia comprada - Líquido do financeiro RTE		-0,61%	
Saldo a Compensar CVA - Ano Anterior + Ajustes		-1,10%	
Neutralidade dos Encargos		0,19%	
Ajuste Financeiro Suprida x Supridora - Res.243/2003 (Componente TUSD)		-2,34%	
Ajuste Financeiro Suprida x Supridora - Res.243/2003 (Componente TE)		4,64%	
Repasse de compensação DIC/FIC		-0,01%	
Conselho de Consumidores		-0,04%	
Reversão de Financeiros por Postergação - Componente TE		-0,04%	
Reversão de Financeiros por Postergação - Componente TUSD		-0,03%	
Efeito da retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		-1,91%	
Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores		-16,30%	

O reposicionamento tarifário da COCEL é de -15,52%, considerando o efeito da RTE, sendo o efeito médio percebido pelo consumidor de -16,30%. O efeito consolidado por nível de tensão pode ser observado na tabela a seguir:

Grupo de Consumo	-16,30%
AT - Alta Tensão (> 2,3 kV)	-22,26%
BT - Baixa Tensão (< 2,3 kV)	-8,90%
Efeito Médio AT + BT	-16,30%

17. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Balanço Patrimonial dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Regulatório			Societário		
	31/12/2016	Ajustes	31/12/2016	31/12/2015	Ajustes	31/12/2015
ATIVO						
Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.679	-	5.679	6.124	-	6.124
Consumidores, concessionários e Permissionários	13.831	-	13.831	24.660	-	24.660
Serviços em Curso	1.446	-	1.446	895	-	895
Tributos Compensáveis	469	-	469	224	-	224
Almoxarifado Operacional	1.143	-	1.143	1.308	-	1.308
Despesas Pagas Antecipadamente	30	-	30	26	-	26
Ativos Regulatórios	11.375	-	11.375	8.021	828	7.193
Subsídios Tarifários e Redução Tarifária Equilibrada	1.125	-	1.125	1.622	-	1.622
Outros Ativos Circulantes	2.128	-	2.128	562	-	562
	37.226	-	37.226	43.442	828	42.614
Não Circulante						
Tributos Compensáveis	534	-	534	315	-	315
Investimentos temporários	195	-	195	195	-	195
Ativos Financeiros Setoriais	1.705	-	1.705	3.675	-	3.675
Ativo financeiro indenizável	(18.1)	(520)	520	-	(540)	540
	2.434	(520)	2.954	4.185	(540)	4.725
Investimentos	-	-	-	287	-	287
Imobilizado em Serviço	54.583	54.583	-	44.864	44.864	-
Imobilizado em Curso	3.946	3.946	-	4.613	4.613	-
Intangível em Serviço	207	(48.590)	48.797	172	(46.343)	46.515
Intangível em Curso	-	(3.945)	3.945	-	(4.613)	4.613
(18.2)	58.736	5.994	52.742	49.936	(1.479)	51.415
	61.170	5.474	55.696	54.121	(2.019)	56.140
Total do Ativo	98.396	5.474	92.922	97.563	(1.191)	98.754

Balanço Patrimonial dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Regulatório			Societário		
	31/12/2016	Ajustes	31/12/2016	31/12/2015	Ajustes	31/12/2015
PASSIVO						
Circulante						
Fornecedores	6.452	-	6.452	11.530	-	11.530
Empréstimos, financiamentos e debentures	1.953	-	1.953	2.004	-	2.004
Obrigações sociais e trabalhistas	2.293	-	2.293	1.985	-	1.985
Tributos	2.520	-	2.520	4.299	-	4.299
Provisão para litígios	-	-	-	27	-	27
Dividendos e juros sobre o Capital Próprio	895	-	895	1.701	-	1.701
Encargos setoriais	7.588	-	7.588	7.203	-	7.203
Passivos regulatórios	8.095	-	8.095	7.151	-	7.151
Outros Passivos Circulantes	1.131	-	1.131	710	-	710
	30.927	-	30.927	36.610	-	36.610
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e debentures	1.657	-	1.657	3.584	-	3.584
Passivos financeiros setoriais	1.705	-	1.705	3.675	-	3.675
Obrigações especiais	(18.3)	24.342	5.501	7.711	2.259	5.452
	33.205	24.342	8.863	14.970	2.259	12.711
Patrimônio Líquido						
Capital Social	39.000	-	39.000	38.000	-	38.000
Reservas de Capital	(18.4)	(3.008)	14.132	10.001	(1.432)	11.433
Reserva de Reavaliação e Ajustes Patrimoniais	(18.5)	(15.860)	-	(2.018)	(2.018)	-
	34.264	(18.868)	53.132	45.983	(3.450)	49.433
Total do Ativo	98.396	5.474	92.922	97.563	(1.191)	98.754

Demonstrativo de Resultado dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Regulatório		Societário		Regulatório		Societário	
	31/12/2016	Ajustes	31/12/2016	31/12/2015	Ajustes	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Receita Operacional								
Fornecimento de Energia Elétrica	168.401	-	168.401	208.325	-	208.325	-	-
Disponibilização do sistema de distribuição	7.305	-	7.305	-	-	-	-	-
Ativos e Passivos financeiros regulatórios	3.232	-	3.232	218	59	159	-	-
Doações, Contribuições e Subvenções	5.212	-	5.212	7.172	-	7.172	-	-
Transferência da Ultrapassagem de demanda e reativos	(18.6)	(750)	(750)	(774)	(774)	-	-	-
Receita de construção	(18.7)	-	(5.086)	-	(6.454)	6.454	-	-
Outras Receitas	-	-	4.311	3.093	-	3.093	-	-
	187.711	(5.836)	193.547	218.034	(7.169)	225.203		
Deduções da Receita Operacional								
Tributos								
ICMS	(49.747)	-	(49.747)	(54.716)	-	(54.716)	-	-
Cofins/Pasep/Pis s/vendas	(16.787)	-	(16.787)	(20.221)	-	(20.221)	-	-
Encargos Parcela "A"								
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(18.8)	(12.724)	(827)	(11.897)	(1.213)	(15.975)	-	-
CDE - Conta ACR	-	(7.311)	-	(7.311)	-	(4.124)	-	-
TFSEE - Taxa de Fiscalização	-	(116)	-	(116)	-	(113)	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento/Eficiência Energética	-	(869)	-	(869)	-	(977)	-	-
Conta Centralizadora dos Recursos das Bandeiras Tarifárias	-	(2.843)	-	(2.843)	-	(14.243)	-	-
	(90.397)	(827)	(89.570)	(111.582)	(1.213)	(110.369)		
Receita Operacional Líquida	97.314	(6.663)	103.977	106.452	(8.382)	114.834		
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"								
Energia elétrica comprada para revenda	(66.978)	-	(66.978)	(75.724)	(44)	(75.680)	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(2.632)	-	(2.632)	(6.348)	-	(6.348)	-	-
	(69.610)	-	(69.610)	(82.072)	(44)	(82.028)		
	27.704	(6.663)	34.367	24.380	(8.426)	32.806		
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"								
Pessoal e Administradores	(14.182)	-	(14.182)	(12.389)	-	(12.389)	-	-
Material	(1.476)	-	(1.476)	(1.807)	-	(1.807)	-	-
Serviço de Terceiros	(5.578)	-	(5.578)	(3.313)	-	(3.313)	-	-
Arrendamento e alugueis	(218)	-	(218)	(174)	-	(174)	-	-
Seguros	(52)	-	(52)	(115)	-	(115)	-	-
Doações, Contribuições e Subvenções	(6)	-	(6)	(17)	-	(17)	-	-
Provisões	(203)	-	(203)	(106)	-	(106)	-	-
(-) Recuperação de despesas	86	-	86	113	-	113	-	-
Tributos	(87)	-	(87)	(148)	-	(148)	-	-
Depreciação e amortização	(2.425)	-	(2.425)	(2.149)	-	(2.149)	-	-
Custo com construção	(18.9)	-	(5.086)	-	6.454	(6.454)	-	-
Gastos diversos	(760)	-	(760)	(641)	-	(641)	-	-
	(24.901)	5.086	(29.987)	(20.746)	6.454	(27.200)		
Resultado da Atividade de Concessão	2.803	(1.577)	4.380	3.634	(1.972)	5.606		
Resultado Financeiro								
Despesas financeiras	(3.951)	-	(3.951)	(3.437)	-	(3.437)	-	-
Receitas financeiras	5.035	-	5.035	3.377	73	3.304	-	-
	1.084	-	1.084	(60)	73	(133)		
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	3.887	(1.577)	5.464	3.574	(1.899)	5.473		
Imposto de renda PJ/Contribuição Social s/Lucro líquido - CSLL	(1.099)	-	(1.099)	(390)	-	(390)	-	-
Participações nos Lucros	(665)	-	(665)	(593)	-	(593)	-	-
Reversão dos juros s/Capital Próprio	1.700	-	1.700	1.700	-	1.700	-	-
Lucro Líquido do Exercício	3.823	(1.577)	5.400	4.291	(1.899)	6.190		

17.1 Ativo financeiro indenizável

O ativo financeiro indenizável refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão.

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) e atualizações dos saldos pela aplicação de premissas, onde realizamos a bifurcação do Valor Novo de Reposição (VNR) depreciado até o final da concessão, bem como, identificamos o Valor Novo de Reposição (VNR) não depreciado pós-concessão, para valoração do ativo financeiro indenizável. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios da ordem de 520 mil.

17.2 Conciliação do Imobilizado societário e regulatório

	2016	2015
Saldos no final do exercício societário	52.742	51.415
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória líquida	5.474	(2.019)
Equalização do resultado regulatório e societário	520	540
Saldo no fim do exercício regulatório	58.736	49.936

O efeito decorrente da equalização do resultado regulatório e societário refere-se as variações positivas e negativas dos ativos e passivos setoriais, os quais passaram a ser registrados na contabilidade societária a partir de 2014, bem como, a atualização do ativo financeiro indenizável não aceito na contabilidade regulatória.

17.3 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Com a aprovação da Resolução Homologatória nº 2.104 de 28/06/2016/Aneel, e respectiva Nota técnica nº 208/2016, que aprovou o 4º Ciclo da Revisão Tarifária Periódica, determina-se que se aplique o Valor Novo de Referencia para as contas de Obrigações Especiais, além das contas do grupo do Imobilizado.

A diferença de R\$ 3.008, refere-se às transferências contabilizadas na regulatória dos valores de Ultrapassagem de demanda e de Excedentes de reativos, conforme determina o Manual de Contabilidade do setor elétrico.

	2016	2015
Saldos no final do exercício societário	5.501	5.452
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória líquida	21.334	-
Transferências dos valores de Ultrapassagem de demanda e de Excedentes de reativos	3.008	2.259
Saldo no fim do exercício regulatório	29.843	7.711

17.4 Patrimônio Líquido - Reservas de Capital

Os ajustes são decorrência dos resultados contábeis entre a contabilidade regulatória e societária.

17.5 Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação e ajustes patrimoniais

São ajustados no Patrimônio Líquido a diferença existente entre a contabilização do Valor Novo de Referencia – VNR aprovada na 4ª Revisão Tarifária Periódica ocorrida em Junho/2016.

17.6 Receita Operacional – Transferência da Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos

O valor de R\$ 750 mil, refere-se a contabilização para Obrigações especiais de valores deduzidos do faturamento de energia que se referem a ultrapassagem da demanda e reativos conforme determina o Manual de Contabilidade do setor elétrico.

17.7 Receita de Construção e Custo de Construção

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução. Ver item 18.9 Custo com Construção.

17.8 CDE – Conta de Desenvolvimento Energético

O valor de R\$ 827, refere-se a amortização da variação da Parcela “A” diferida em períodos anteriores, reconhecida como componente financeiro no reajuste tarifário ocorrido em Junho/2015, contabilizada apenas na contabilidade regulatória.

17.9 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2016	2015
Lucro Líquido conforme a contabilidade societária	5.400	6.190
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(1.577)	(1.899)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01):		
Receita de construção	(5086)	(6.454)
Custo de construção	5086	6.454
Ativos e passivos financeiros setoriais	(1.577)	(1.899)
Lucro líquido conforme contabilidade regulatória	3.823	4.291

Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente da atualização do ativo financeiro indenizável contabilizado na contabilidade societária mediante prática contábil societária (ICPC 01), a qual não é aceita na contabilidade regulatória.

Ativos e passivos financeiros setoriais

Em 09 de dezembro de 2015, foi assinado o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Energia Elétrica nº 027/1998 – ANEEL.

A partir desta data, a Cocel passou a reconhecer o saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e de outros componentes financeiros.

A CVA trata de valores realizados, uma vez que é responsável por registrar as variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos entre os processos tarifários anuais. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Marcus Preis
Diretor Presidente

Cassiano Henrique Pianaro
Diretor Técnico

Marcelo Rubens Krayevski
Diretor Econômico/Financeiro

Adriano Huber Junior
Diretor Jurídico

Carlos Alberto de Andrade
Diretor Administrativo

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2016, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 31 de Março de 2017.

Moacir Thadeu Schneider
Presidente

Vinicius Marcel Lamógliã
Conselheiro

Regiane Portella Gomes
Conselheira

João Alceu Borges Tigrinho
Conselheiro

José Carlos Noriller
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º- do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 31 de março de 2017.

Elio De Oliveira Manoel
Presidente

Waldir Carlos Cosmo
Conselheiro

Rubens Beber
Conselheiro

Paulo Henrique Bianco
Conselheiro

Adão Natalino Da Silva Junior
Conselheiro

Pedro Mosko
Conselheiro

Lorena Alberton Camargo
Conselheira



TATICA Auditores Independentes S.S.
Av. Nove de Julho, 5966 2º andar - cj. 21
01406-200 Jardim Paulista - São Paulo – SP
Tel.: 55 11 3062-3000
www.taticca.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia Campolarguense de Energia - COCEL
Campo Largo - PR

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



TATICCA Auditores Independentes S.S.
Av. Nove de Julho, 5966 2º andar - cj. 21
01406-200 Jardim Paulista - São Paulo – SP
Tel.: 55 11 3062-3000
www.taticca.com.br

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias


Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Campolarguense de Energia - COCEL a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 14 de março de 2017.

São Paulo, 14 de março de 2017.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP-03.22.67/O-1


Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC - 1SC020036/O-8-T-SP